

Beleza *sexagenária*

O Parque Nacional de São Joaquim comemora 60 anos

Meio Ambiente

60 anos do Parque Nacional de São Joaquim: uma extensa programação online valorizou um dos mais importantes Parques do Brasil. Pág. 3

Mesmo depois da queda de Salles do Ministério do meio ambiente, ações do ex-ministro ainda prejudicam a conservação da Mata Atlântica. Pág. 19

Projeto do governo pode acabar com ecossistemas, com o surf e ainda piorar o problema de erosão da praia. Pág. 21

Cultura

Arte e natureza com Birgitte Tümmler. Pág. 34

Ciência

Acervos de importância geológica no Paraná não recebem a devida atenção do governo do estado. Pág. 16

Cidadania

A evolução dos zoológicos, de exibidores de animais enjaulados para centros de pesquisa e conservação. Pág. 10

Sociedade

Saíra-militar é eleita ave símbolo de Morretes. Pág. 14

Política

Câmara dos Deputados articula desmonte ambiental no país, aprovando projetos sem discussão. Pág. 24

Observatório de Justiça e Conservação articula carta enviada a Arthur Lira contra retrocessos ambientais. Pág. 31

Quem lucra com as barbaridades de Jair

São Paulo e Minas Gerais fizeram durante décadas a conhecida “política do Café com Leite”, período denominado de República Oligárquica (1890-1930). Naquela época do Brasil pré-industrial, os produtores de commodities como café, cana, leite e carne detinham um poder imenso sobre a política brasileira.

Getúlio e Juscelino impulsionaram nossa incipiente indústria. A política nacional ganhou outros influenciadores internos e externos, mas nós nunca deixamos de ser eminentemente agroextrativistas. Nossa bancada ruralista sempre foi poderosa no congresso, da mesma forma que tem sido a influência de associações agropecuárias regionalmente, onde há uma muita promiscuidade com governos locais.

O abandono do país por empresas como Ford, Sony e Roche demonstra que a crescente desindustrialização brasileira tem nos levado a um retrocesso civilizatório e piora na distribuição de renda. O Brasil perdeu 36,6 mil estabelecimentos industriais entre 2015 e 2020, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

A concentração da economia na produção de commodities possui uma realidade perversa, já que o agro do século XXI é muito mais mecanizado (caminhando a passos largos para a automação) do que aquele da nossa velha política Café com Leite. Isso significa que o agro moderno utiliza muito menos mão de obra, assim como concentra muito mais renda do que no século passado. Maquinários e insumos agrícolas financiados com subsídios estatais acorrentam nossa matriz econômica ao passado. Isenções de impostos sobre exportações, fartas e baratas terras completam a receita.

Apesar de detentores da maior biodiversidade do planeta e de um potencial incomparável para sermos líderes em campos, como a biotecnologia e o mercado de carbono, desprezamos estes setores. Hoje somos vistos como párias na luta contra as mudanças climáticas, minando o direito de indígenas e destruindo o meio ambiente. Empresários esclarecidos, no entanto, têm tentado advertir nossos políticos para os gravíssimos efeitos dessa postura para a economia nacional. Recentemente mais de 170 deles se manifestaram contra vários projetos de lei ambientais que arruinariam nossa imagem no exterior, sujeitando o Brasil a sanções comerciais.

Mas a bancada ruralista que é a maior do Congresso, não parece muito preocupada. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), lobby financiado por associações e empresas do agronegócio, tem de fato muita força. Temos inclusive um presidente que diz que este governo “pertence ao agronegócio”, conforme as palavras de Bolsonaro em evento com a FPA em café da manhã do dia 04/07. Sua outra pérola durante o encontro foi, “o governo atual não é como os anteriores, que demarcavam dezenas de áreas indígenas, demarcavam quilombolas e ampliavam áreas de proteção”. Realmente, vamos na contramão do mundo.

Não bastasse o poderio desse setor, a pandemia lhes trouxe ainda mais ganhos econômicos e capacidade de influenciar as decisões do Planalto. A explosão da demanda internacional por commodities tem sido impressionante, algumas delas subiram mais de 40% em dólar. Já a nossa moeda desvalorizada, facilita as exportações dessas mercadorias. Nunca se ganhou tanto no Brasil exportando grãos e carne. Mas, se por um lado uma moeda fraca faz com que nossos preços fiquem mais baratos lá fora, de outro, ela gera inflação aqui e empobrece a população.

Como a instabilidade institucional deste governo afeta a cotação do real, ela também contribui com a inflação prejudicando principalmente os mais pobres. Logo, os rompantes de Jair têm efeitos perversos sobre os mais vulneráveis. Eles significam um dólar apreciado e mais gente passando fome. Nos últimos 12 meses a alta dos alimentos foi enorme como: óleo de soja (78%), arroz (37%) e a carne (31%). Isso sem falar no litro da gasolina a 7 reais. Quando o dólar sobe além da conta, é inflação na certa.

Segundo especialistas do mercado financeiro, o real tem se desvalorizado mais que outras moedas graças a nossa política econômica desastrosa e os constantes surtos de Bolsonaro. Portanto, paradoxalmente a mesma tensão política que gera desinvestimentos e desemprego no Brasil, de certa forma favorece quem exporta commodities. Mas esta associação sinistra entre os desatinos presidenciais e este setor tão importante de nossa economia precisa acabar ou sofrerá sérias consequências.

É fundamental que a parte esclarecida do agro reafirme seu compromisso com o meio ambiente e o estado democrático de direito. Caso contrário, o mercado mundial equipará todos os produtores brasileiros ao “agro ogro”, que age de forma piromaníaca. Esta banda ruim, deslumbrada pelos soja-dólares, que desmata ilegalmente e tem até financiado manifestações golpistas. Aliás, nada mais emblemático que as incitações do “rei do gado” (Sérgio Reis) contra o STF.

Parece que o espírito e o poder da velha política do Café com Leite ganhou nova roupagem, mas nunca nos deixou. Inspirado pelo dia Sete de Setembro finalizamos com uma sugestão patriótica. Seria mais inteligente que nosso rico agro destinasse seus recursos para combater os incêndios recordes e a crise hidroeenergética, do que agredir nossa democracia. Mesmo que não haja amor pelo verde da nossa bandeira, que o setor pense pelo menos na sua autopreservação.

Por onde andamos nesta edição



**APOIE O JORNALISMO
AMBIENTAL.
SEJA UM ASSOCIADO OJC.**

SUA DENÚNCIA PODE VIRAR REPORTAGEM!

Soube de alguma prática suspeita ou ilegal contra o nosso patrimônio natural? Entre em contato com a gente por meio de nossas redes sociais ou pelo e-mail justicaeconservacao@gmail.com.

Sua denúncia pode ser encaminhada aos órgãos responsáveis e virar reportagem. Fique atento, denuncie e conte conosco para tornar pública qualquer ilegalidade.



@justicaeco



@justicaeco



@justicaeco



@ojc_pr

EXPEDIENTE

Jornal JustiçaECO

Número 8 | Ano 2 (2021)

Os conteúdos são de responsabilidade do Observatório de Justiça e Conservação (OJC)

Iniciativa do Observatório de Justiça e Conservação

Telefone: (41) 3528-4847

www.justicaeco.com.br

justicaeconservacao@gmail.com



O PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM CELEBRA 60 ANOS

Crédito: Wigold Schaffer

Uma extensa programação online valorizou um dos mais importantes Parques do Brasil

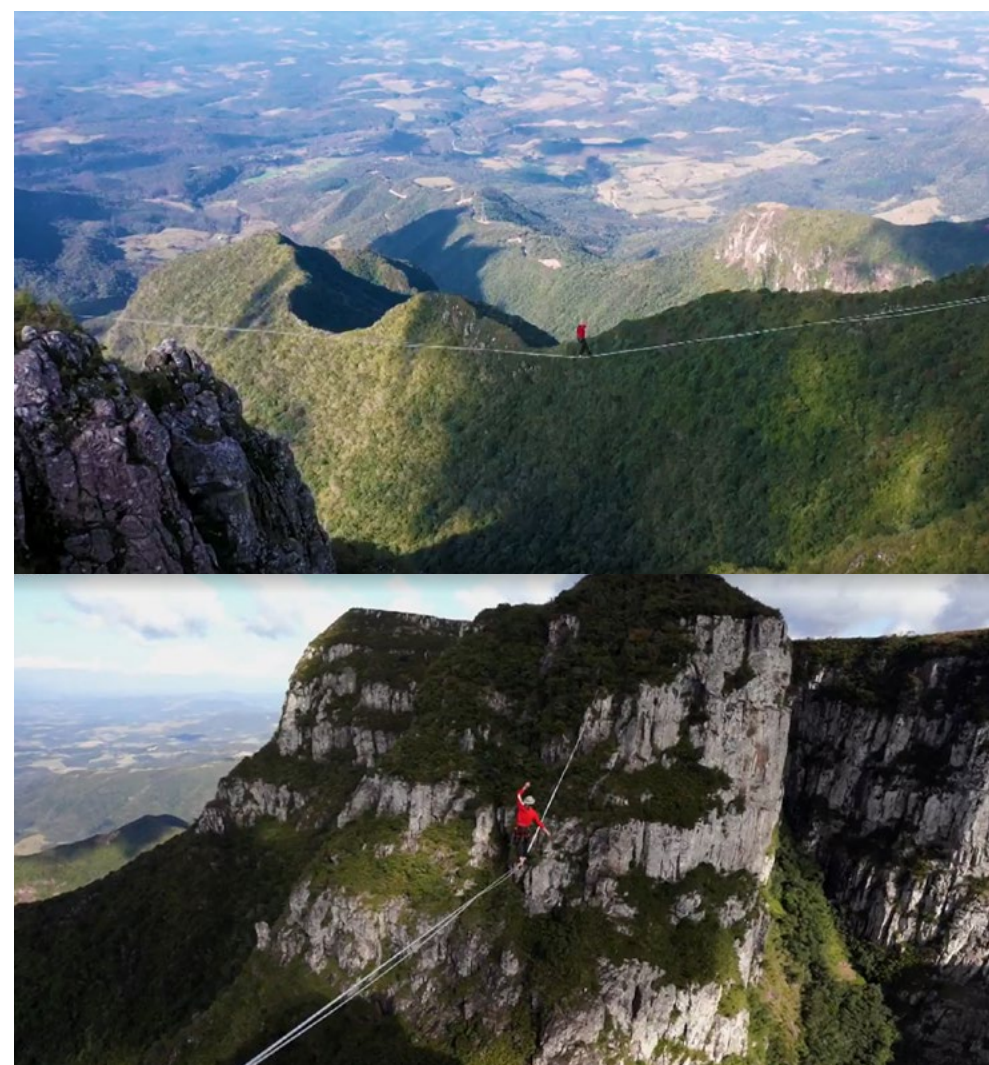


Ao longo de uma semana, foi possível conhecer as paisagens, as espécies de plantas recém descobertas, a beleza incomparável do cânion do Funil, entre outras preciosidades protegidas pelo parque Nacional São Joaquim, na serra catarinense. As diversas entrevistas e debates envolveram especialistas, visitantes, pesquisadores, guias, ambientalistas e gestores do parque durante o mês de julho de 2021.

O evento online foi organizado pela Rede de Amigas e Amigos do Parque São Joaquim que reúne voluntários e organizações locais e de outras regiões do Brasil, incluindo o Observatório de Justiça e Conservação que promoveu uma série comemorativa de entrevistas na Rádio Cultura de Curitiba e em suas redes sociais @justicaeco. As transmissões ao vivo ocorreram de 5 a 9 de julho, mas o conteúdo segue disponível para quem quiser assistir ou compartilhar (link ao final da reportagem). Além da programação

do evento, a mídia regional e nacional deu destaque à data com reportagens comemorativas, estimuladas pela Rede.

O programa Fantástico coroou o evento com uma cobertura exclusiva, mostrando os cenários deslumbrantes, o patrimônio geológico ainda pouco conhecido pelos brasileiros e uma aventura à beira do abismo: uma travessia a 300 metros de altura no Cânion do Funil.



Parna São Joaquim abriga remanescentes de flora e fauna em ambiente de altitude.
Crédito: Wigold Schaffer / Apremavi



Com 49,8 mil hectares, o Parque Nacional de São Joaquim é essencial para proteger os remanescentes de floresta de araucária, que abrange apenas 3% da cobertura original no País, sendo a maior parte de florestas já alteradas, bem como outros ecossistemas, animais e plantas do bioma Mata Atlântica ameaçados de extinção. Abriga aves como o papagaio-de-peito-roxo, espécie considerada “em perigo” que depende da sobrevivência das Araucárias fonte de seu principal alimento, o pinhão. A unidade de conservação protege felinos de grande porte como o Leão-baio e outras espécies de animais silvestres ameaçados, como o Lobo-guará.

Papagaio-de-peito-roxo. Crédito: Raphael Sobania

Novas espécies e riscos

Entre março e abril deste ano foram descritas oito novas espécies de plantas, três delas ocorrem somente na área do parque e uma delas já é considerada criticamente ameaçada em virtude da pressão e diminuição de seu habitat, tendo sua ocorrência restrita a menos de 1 quilômetro quadrado nas encostas dentro da área da unidade de conservação.

“O Parque situa-se em uma vegetação chamada Campos de Cima da Serra, que possui em média cerca de 25% de espécies de plantas endêmicas, isso significa que a cada quatro espécies de plantas que você encontrar, uma delas só pode ser encontrada nesse tipo de vegetação. Embora já amplamente pesquisado por inúmeros botânicos do Brasil e exterior, o Parque continua nos surpreendendo com muitas curiosas novidades. Entre os anos de 2019 e 2021, realizamos expedições de coletas em algumas áreas e tivemos como resultado a descrição de quatro espécies de plantas e um fungo, completamente novos para a ciência”, comemora o pesquisador Luís Funez, do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração – Biodiversidade de Santa Catarina (PELD-BISC).



Fungo *Fomitiporianubicola*, recém descoberto dentro do Parna São Joaquim. Crédito: Luís Funez



A planta *Prosopanchedomogorgoni* é rara e ameaçada de extinção. Foi descrita pela primeira vez na Mata Atlântica pelos pesquisadores catarinenses. Crédito: Luís Funez

As plantas só são encontradas em áreas muito restritas dentro dos limites atuais do Parque, mas correm sérios riscos de ficarem legalmente desprotegidas. A unidade de conservação está na mira de Projeto de Lei 208/2018 que propõe a redução de 10 mil hectares do território, o que resultaria no encolhimento de 20% da área protegida.

“O Parque Nacional de São Joaquim completa 60 anos no momento particularmente desfavorável, repleto de ameaças às conquistas em prol de um ambiente saudável e mais equilibrado. Uma delas é o Projeto de Lei que prevê a retirada de parte importante do território do parque. Aparentemente não tínhamos nada a comemorar, considerando também esse contexto de pandemia que ceifou milhares de vidas e nos força restringir o contato social, dificultando o trabalho dos ativistas ambientais. Mas a data não poderia passar no esquecimento. Voluntariamente um grupo de instituições e pessoas se mobilizou, somou forças e conseguiu implementar uma série de atividades durante toda semana de aniversário do Parque Nacional de São Joaquim, mostrando suas belezas, potencialidades e a importância estratégica desse espaço, mas também aglutinando forças nos mais diversos setores para mobilizar a sociedade na defesa desse patrimônio”, afirma João de Deus Medeiros, professor da UFSC e coordenador geral da Rede de ONGs da Mata Atlântica.

Para Medeiros, a Rede de Amigas e Amigos do Parque Nacional de São Joaquim mostrou que o trabalho integrado e colaborativo faz toda diferença para a proteção, não só do Parque, mas de todo o patrimônio natural que resiste ali: “Esse modelo deve ser replicado porque mostra que, com a capacidade de mobilização da sociedade, nós podemos fazer uma grande diferença, influenciando diretamente nas políticas públicas, tornando-as mais favoráveis para os aspectos que valorizamos como sociedade”.



A unidade de conservação abriga ambientes de altitude raros e frágeis, além de belas paisagens. Crédito: WigoldSchaffer - Apremavi.



Patrimônio geológico e diversidade de ecossistemas

Cravado na serra catarinense na região com as mais baixas temperaturas do Brasil, o Parque abrange os municípios de Bom Jardim da Serra, Grão-Pará, Lauro Müller, Orleans e Urubici, em Santa Catarina. Sob sua proteção está parte dos Aparados da Serra, como são chamadas as escarpas da Serra Geral que formam o mais extenso conjunto de cânions da América do Sul com cerca de 200 km de extensão. Além do Cânion do Funil, o Morro da Igreja, com 1822 metros, e a Pedra Furada, portal rochoso medindo cerca de 30 metros de largura, recebem visitantes de todo País para conhecer monumentos geológicos, considerados cartões postais das mais belas paisagens catarinenses. Fora do período da pandemia, o parque recebe entre 100 a 200 mil visitantes por ano.

A altitude, as formações geológicas, as baixas temperaturas e a influência da umidade vinda do oceano Atlântico estão entre os fatores que geraram a diversidade de ambientes de altitude raros e frágeis, tais como as matas nebulares, os campos de altitude, as matas de xaxim centenárias, assim como as florestas de araucária, que mantêm uma grande variedade de espécies de animais, plantas e fungos. A área protegida é local de recarga e descarga do Aquífero Guarani e das nascentes do Rio Pelotas, um dos principais formadores do Rio Uruguai, afluente da Bacia do Rio da Prata, a segunda maior bacia hidrográfica do Brasil.

“O evento de comemoração aos 60 Anos do Parque São Joaquim foi um evento inédito. Devido à pandemia, acabamos não reunindo pessoas fisicamente, mas houve uma grande congregação online de organizações. A estratégia de comunicação, divulgação e sensibilização da população também foi feita por meio dessa união de entidades do terceiro setor. Além disso, nós do Observatório de Justiça e Conservação, em parceria com a Apremavi, conseguimos distribuir mudas nativas nos cinco municípios que compõem o Parque e fomos muito bem recebidos”, complementa Giem Guimarães, diretor executivo do OJC.



Ação conjunta da Apremavi e do Observatório de Justiça e Conservação do 60 mudas de árvores nativas para cada município que tem território inserido na área do Parque Nacional de São Joaquim.

Reveja aqui a programação de aniversário do Parque Nacional de São Joaquim



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code



A AMEAÇA DA MINERAÇÃO NA ESCARPA DEVONIANA

Empresas interessadas em extrair recursos minerais ignoram o valor maior e a verdadeira vocação da área para turismo e produção de natureza

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana sofre pressões históricas com aumento do desmatamento de campos, cerrados e florestas para avanço da agricultura e reflorestamento de pinus em larga escala. A mineração é outra ameaça constante à maior unidade de conservação do Paraná, localizada entre o Primeiro e o Segundo Planaltos. Os mesmos arenitos que abrigam uma indescritível beleza cênica, com afloramentos rochosos, cânions, cavernas, além vestígios arqueológicos e pré-históricos, são vistos como minério a ser explorado para a construção civil.

Recentemente o Observatório de Justiça e Conservação denunciou o estrago causado por uma mineradora na divisa dos municípios de Campo Largo e Balsa Nova, a 30 quilômetros de Curitiba. Uma extensa área de Mata Atlântica foi desfigurada, colocando em risco fauna e flora específicas e nativas de uma região de formação rochosa de 400 milhões de anos.

O Ministério Público do Paraná (MP) informou que, há dois anos, recebeu denúncias anônimas contra a Pedreira São Jorge e abriu um Inquérito Civil para apurar o caso.

Accionado pelo MP, o Instituto Água e Terra (IAT) foi ao local e emitiu um auto de infração pela devastação de 7 hectares de vegetação. A 4ª Promotoria de Justiça de Campo Largo instaurou um procedimento criminal sobre o caso.

A Lei 9.605/98 prevê pena de prisão de 1 a 3 anos e/ou multa para quem destrói a Mata Atlântica. Paralelo a isso, MP e a pedreira negociam um Termo de Ajustamento de Conduta para a recomposição da área.

O empresário **Eduardo Sell Dyminski**, proprietário da **Soliforte**, empresa que atua com reciclagem de resíduos de construção civil, faz uma reflexão sobre o histórico da exploração de areia e pedra no Paraná. “A pessoa ou empresa descobre uma jazida, compra uma escavadeira e vai extrair aquele material até esgotar tudo. Depois disso segue para outro ponto. **Age como um gafanhoto, chega, extrai e se muda.** O interessante é que vão se criando cenários. Por exemplo, a própria Pedreira Paulo Leminski, um espaço tão querido dos curitibanos, foi uma pedreira, fruto de extração de material até ter seus recursos totalmente esgotados. No Umbará, região sul da capital paranaense, há um verdadeiro cenário lunar de extração de areia com áreas severamente exploradas”.

É possível construtoras e consumidores não compactuarem com a exploração predatória?

Toda extração mineral - que está dentro da legalidade - deve atender os critérios e vistoria “in loco” pela equipe técnica do Meio Ambiente. Para atuar com extração e posteriormente comercialização desse mineral a empresa deve obter a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO).

Consultamos a engenheira civil **Giovanna Ferreira Alves, fundadora da Ekogaia Engenharia**, empresa do ramo de construção civil que atua com projetos sustentáveis, e a sócia dela, **Izadora Soloaga**, também engenheira civil.

Ambas explicam que há uma vistoria inicial para liberação dos trabalhos de extração, mas não há comprovação que essas vistorias continuem periodicamente a fim de verificar a legalidade e boas práticas a longo prazo. **Não existe uma certificação ou selo sustentável** para esses materiais, preocupação essa que existe, por exemplo, para a madeira (Selo FSC).

“**Sustentabilidade** parte, primeiramente, do **bom senso**. Atualmente existem **certificações** que podem gerar um selo sustentável como forma de se estabelecer estratégias e padrões para a criação de edifícios sustentáveis.

Essas certificações servem como parâmetros de eficiência e organização a serem seguidos, mas principalmente promovem visibilidade no mercado para essas edificações e para as construtoras e escritórios responsáveis. Falamos nesse caso de certificações como **LEED, AQUA-HQE, Selo Casa Azul**, entre outros”, diz **Giovanna Ferreira Alves**.





Meio Ambiente

Para a fundadora da Ekogaia Engenharia, projetos e edificações que possuem selos sustentáveis estão comprovando um certo nível de sustentabilidade. Entretanto, este não é o único modo de conseguir aplicar estratégias sustentáveis em um empreendimento. “Escritórios, construtoras e prestadores de serviço também precisam priorizar o bom senso, qualidade técnica e profissionalismo na hora de escolher **fornecedores e materiais** utilizados para criação de projetos e execução de obras”.

A **engenheira civil Izadora Soloaga** lembra também que consumidores podem buscar empresas auditadas pela **ISO 14001**, norma internacional que propõe requisitos para que uma organização seja capaz de gerenciar impactos ambientais sobre seus produtos, serviços e governança. “Esta é mais uma forma de implementar dispositivos e estratégias eficientes para empresas alcançarem sucesso visando também diminuição de impacto ambiental. Diferente dos Selos sustentáveis para projetos e edificações, a ISO 14001 é uma certificação própria para empresas”.

Apesar de todos esses padrões sustentáveis a serem seguidos não há, segundo as engenheiras, em nenhuma dessas certificações e normas, especificações para a compra de materiais de extração mineral. “Não há incentivo ou pontuação para empresas que comprem areia e pedra de vendedores legalizados e licenciados ambientalmente. Nas **notas fiscais** de cada material possui apenas a informação da empresa de **origem**, sendo assim possível localizar e investigar a proveniência, legalidade e qualidade desse material. Entretanto, não há certificação em nível municipal ou federal para esses materiais”, completa Soloaga.



e todas as relações entre esses componentes naturais se entrelaçam com a nossa presença atual e com registros de diferentes fases de ocupação histórica e pré-histórica da região. Precisamos atuar para que a nossa sociedade, os nossos filhos, netos e bisnetos ainda possam conviver com esse patrimônio.



Extração mineral coloca em risco paisagens únicas da Escarpa Devoniana.
Crédito Raphael Sobania

“ Não podemos fechar os olhos ao crescimento da população e suas demandas, porém, não podemos colocar em risco isso que só existe nessa região. ”

Jornal JustiçaECO - Existe uma pressão muito grande para redução da área de proteção para avanço da mineração, uma vez que a Escarpa abriga uma quantidade gigantesca de areia e minérios. Como equilibrar interesses econômicos e a necessidade de conservação?

Gilson - Estamos diante de um enorme desafio e precisamos demonstrar como sociedade que nós temos inteligência, temos responsabilidade para encontrar as melhores soluções.

A areia é o segundo recurso mineral mais extraído no mundo, só perde para a água, e gera uma série de conflitos gravíssimos, afetando economias em diferentes escalas em todo mundo.

Ali existe realmente algo que pode ser do ponto de vista técnico extraído? É claro que existe. Porém precisamos da areia que vem desse lugar ou podemos manter essa área intacta em função dos outros valores que ela possui?

Essa é uma área única. Se for simplesmente convertida em areia, afetaríamos e inviabilizaríamos uma série de outras necessidades que nós temos. Existem diversas nascentes ao longo de toda essa área extensa que vai desde a divisa com São Paulo, lá no município de Sengés, até a região aí do Rio Iguaçu.

Atividades de turismo são muito mais harmônicas e também geram empregos, atraindo toda uma cadeia socioeconômica que deveria estar uma prioridade acima, não apenas com um olhar extrativista da mineração.

Então precisamos fortalecer as nossas estruturas de monitoramento, fiscalização e atuação legal. Quero destacar todo o papel que o Observatório de Justiça e Conservação tem desenvolvido, em parceria com o Ministério Público,

[ENTREVISTA]



O geólogo e professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Gilson Burigo Guimarães, conversou com o Jornal JustiçaEco sobre o crescimento da exploração de areia e arenito, principalmente para a construção civil, na área da Escarpa Devoniana.

Jornal JustiçaECO - Professor, essa situação da mineração na área da Escarpa é uma questão histórica que vem se agravando. Como o senhor avalia esse conflito socioambiental que envolve empresas, comunidades e agressões severas ao meio ambiente?

Gilson - Já tem um período relativamente longo que acompanhamos a situação no contexto da APA da Escarpa Devoniana e temos visto um acréscimo substancial de ameaças à conservação desse riquíssimo patrimônio natural e cultural que existe nessa área extraordinária do estado do Paraná.

Não podemos fechar os olhos ao crescimento da população e suas demandas, porém, não podemos colocar em risco isso que só existe nessa região. Temos um acervo que contempla cavernas, registros arqueológicos, porções únicas conservadas da Mata Atlântica, com formações campestres e áreas significativas da Floresta Ombrófila Mista,

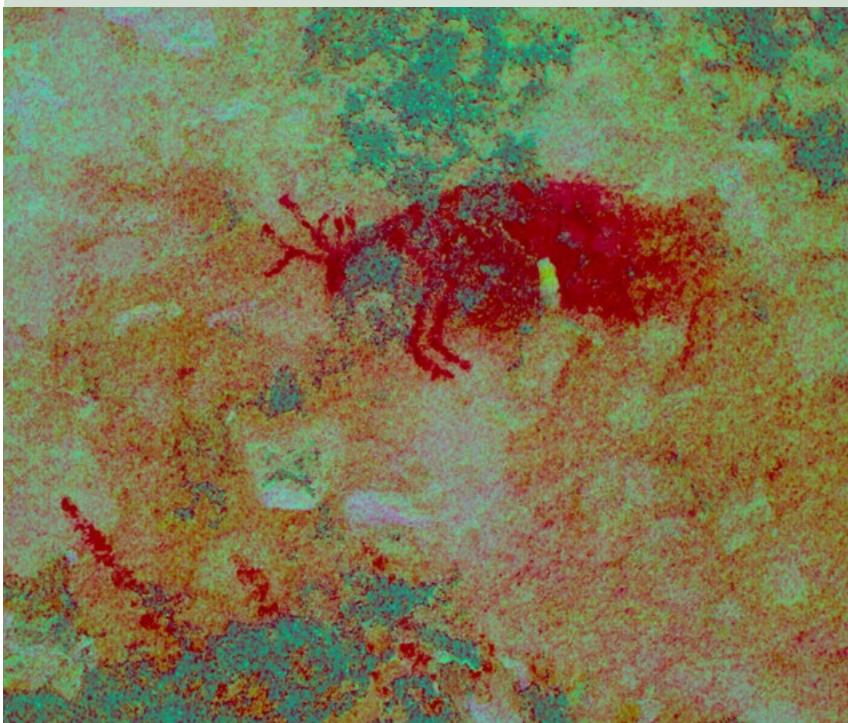
na proteção da Escarpa, até que consigamos fortalecer órgãos de fiscalização estadual e federal e assim lidar de uma maneira responsável e não inviabilizar essa região tão especial.

Jornal JustiçaECO - A área de preservação ambiental da Escarpa pode ser considerado um patrimônio mundial único do ponto de vista geológico, biológico e cultural?

Gilson - Exatamente. As pessoas precisam conhecer melhor o que existe na região dos Campos Gerais, junto à Escarpa Devoniana. O conjunto de avifauna é espetacular e nos deixa maravilhados.

A paisagem de campo, durante o período de florada, constrói cenários mágicos e únicos, entre os mais belos do mundo. Temos a nossa referência, como identidade paranaense, que são as Araucárias. Um conjunto com cânions, cachoeiras e cavernas, nesse contraste espetacular entre o Segundo e o Primeiro Planaltos.

Tudo isso muito próximo a grandes centros e que a população precisa aprender a conhecer, até para que possamos fortalecer a estratégia de defesa dessa área para os paranaenses e para todos os brasileiros.



Pintura rupestre registrada pelo Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas (Gupe). Crédito Henrique Simão Pontes.

Jornal JustiçaECO - Como enxerga a destruição que as mineradoras têm feito ao longo das décadas, com argumento de desenvolvimento econômico, e outros tipos de exploração que destroem áreas de mata importantíssimas e nascentes, com certa permissividade dos órgãos públicos?

Gilson - Infelizmente olhando para o que tem acontecido ao longo dos últimos anos, percebemos que falhamos como um todo. Os órgãos que nos representam na sociedade podem e devem fazer mais e melhor.

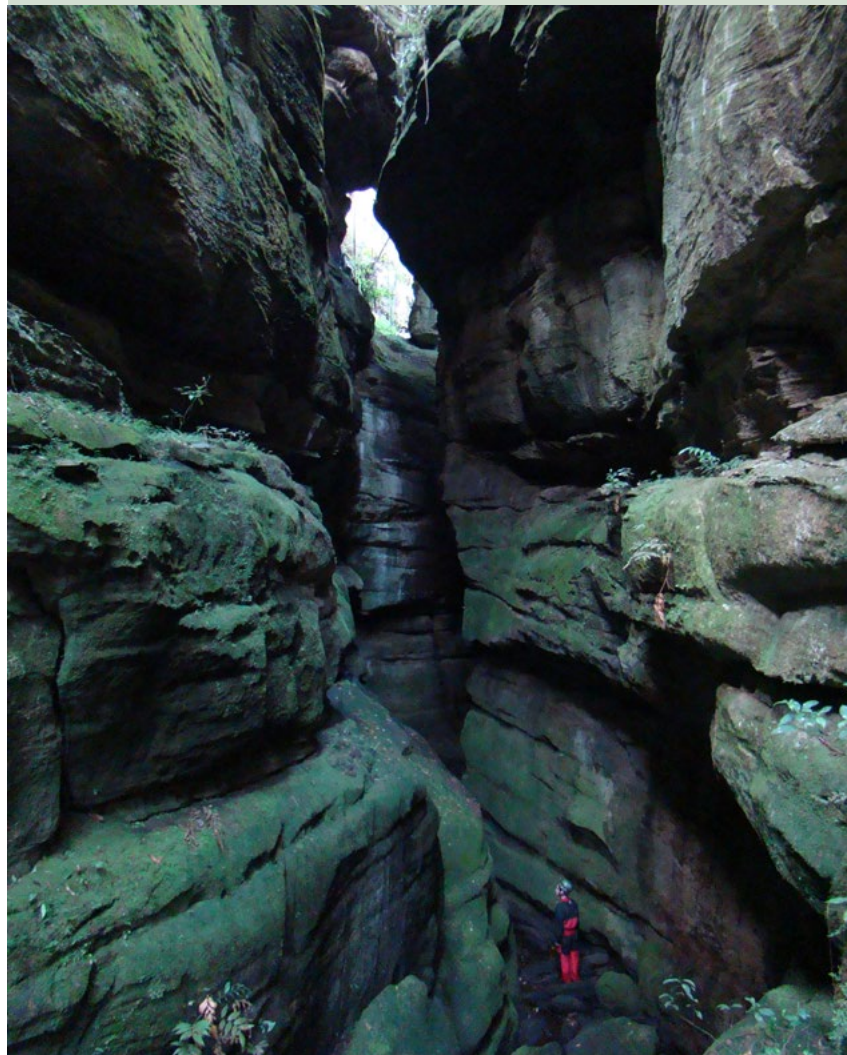
As pressões de grupos pontuais, com interesses imediatistas, muitas vezes têm tido força suficiente para barrar a atuação de corpos técnicos bem formados em nossas instituições públicas. Falta interesse e decisão política para evitar a destruição desse patrimônio.

Passou da hora da retomada dos conselhos de atuação, como o Conselho Gestor da APA da Escarpa Devoniana que há muitos anos nem se reúne, e isso é inadmissível.

Mesmo com tantos problemas denunciados nos últimos anos, a sociedade não consegue encontrar o assento adequado para debater e encontrar as melhores soluções.

Há muitos anos nós não temos a renovação dos corpos técnicos do hoje Instituto Água e Terra (IAT). Não pode-

mos ficar o tempo inteiro trabalhando com denúncias, correndo atrás do prejuízo quando deveríamos estar na fase anterior, de prevenir, para que esses problemas não ocorram. Isso passa por um fortalecimento da nossa estrutura, uma bandeira que deve ser abraçada por todos, só assim vamos garantir, uma convivência harmônica entre nós e o meio que nos cerca.



Sumidouro do Córrego das Fendas. Na APA da Escarpa Devoniana já foram identificadas 201 cavidades subterrâneas, 109 só em Ponta Grossa. Crédito: Henrique Simão Pontes.



Mineradora desfigura morro, antes coberto por vegetação nativa de Mata Atlântica, na divisa dos municípios de Campo Largo e Balsa Nova.

“

A areia é o segundo recurso mineral mais extraído no mundo, só perde para a água.

”



Meio Ambiente

Jornal JustiçaECO - Alguma recomendação para que consumidores e construtoras não contribuam com mineradoras que agem de forma predatória em relação a Escarpa?

Gilson - Considerando o perfil das empresas de mineração que atuam no contexto da Escarpa Devoniana, diferentes consumidores fazem uso dos produtos lavrados que são essencialmente ligados à cadeia da construção civil, como pedra brita, areia, além de algum caulim, pedra que tem outras aplicações.

Sem entrar na questão fundamental das fiscalizações mais efetivas, o ideal seria que tanto o consumidor final (quem está construindo, reformando ou comprando um imóvel), como o poder público que necessita destes insumos, cobrassem uma espécie de selo de boas práticas na obtenção do minério.

Prefeituras, Estados e empresas do ramo da construção civil conseguem, sem muita dificuldade, saber de onde vem o produto que utilizam. E aí estaria uma ótima oportunidade de filtrar seus fornecedores, separando quem aplica medidas ambientais responsáveis dos que não seguem esta linha.

Inclusive isso poderia ou deveria ser utilizado como estratégia de promoção e marketing para empresas e governos. Uma vez isso avançando, esse tipo de controle poderia alcançar lojas de materiais de construção, que atendem o pequeno consumidor. A luta é longa... Mas sigamos em frente!

Quer saber mais sobre a Escarpa Devoniana? Assista aos vídeos das campanhas #ParePresteAtenção e #OsÚltimosCamposGerais, ambas produzidas pelo OJC.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code



A COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DO SNUC - MANUAL DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Um guia seguro para enfrentarmos os desafios da Compensação Ambiental.

Trata-se de uma obra inédita que traz uma contribuição decisiva para todos os envolvidos no processo de Compensação Ambiental, especialmente para os integrantes do Ministério Público.





BAIXE O MANUAL
WWW.COMPENSACAOAMBIENTAL.ABRAMPA.ORG.BR/SITE

realização



patrocínio



PROGRAMA

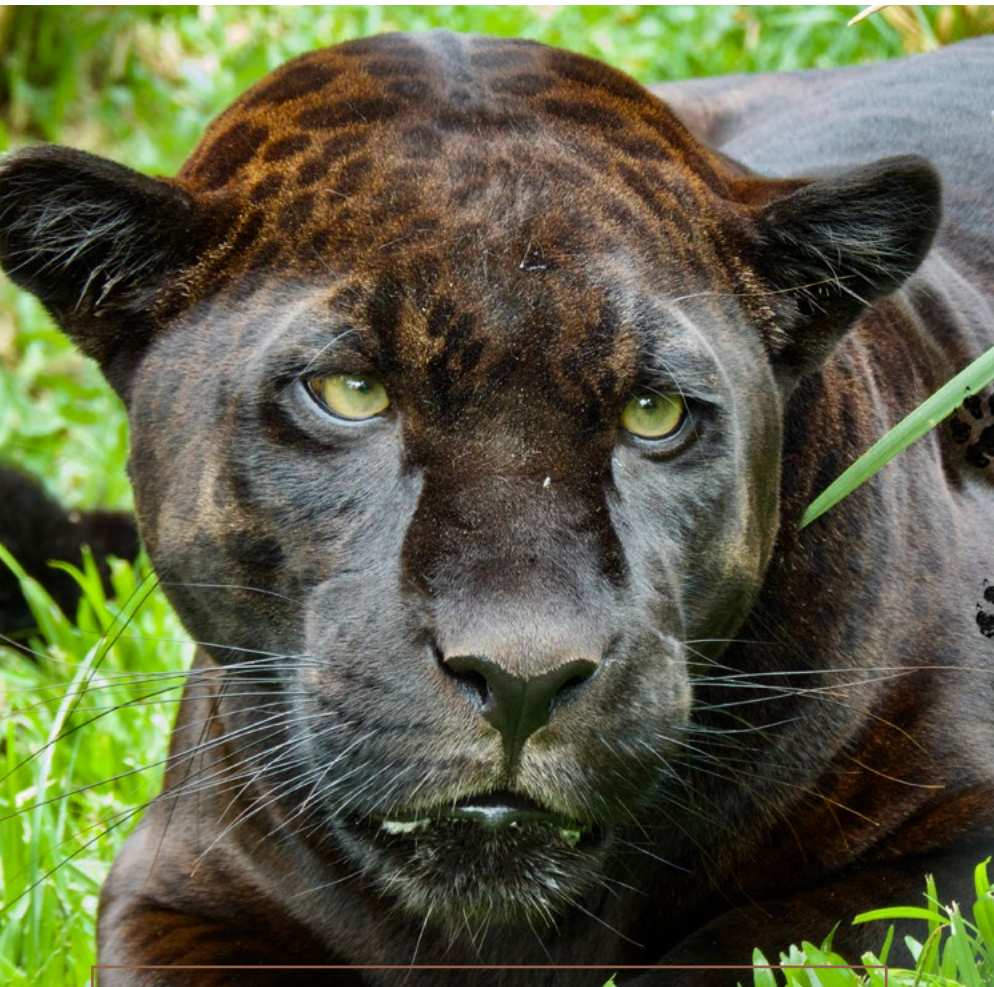
Justiça & Conservação

O PROGRAMA JUSTIÇA E CONSERVAÇÃO LEVA INFORMAÇÃO DE QUALIDADE, OUVINDO PESSOAS E INSTITUIÇÕES QUE SÃO REFERÊNCIA EM TODO O BRASIL. UM ESPAÇO DE DEBATE E INFORMAÇÃO, ONDE ABORDAMOS DIVERSOS TEMAS RELACIONADOS À ÁREA AMBIENTAL E OUTROS ASSUNTOS DE DESTAQUE NOS CENÁRIOS NACIONAL E INTERNACIONAL.

ACOMPANHE DE SEGUNDA A SEXTA, DAS 8 ÀS 9H

  @justicaeco

Rádio Cultura
CURITIBA 930KHZ



Zoológicos se unem para formação de banco genético de espécies ameaçadas.
Crédito: Raphael Sobania

A EVOLUÇÃO DOS ZOLÓGICOS, DE EXIBIDORES DE ANIMAIS ENJAULADOS PARA CENTROS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Instituições trabalham como guardiãs de animais ameaçados de extinção e investem em pesquisa para reprodução e reintrodução de espécies na natureza

Esqueça o que você conhece sobre os tradicionais zoológicos, com animais explorados para visitação, solitários e presos em jaulas pequenas. Instituições brasileiras fizeram a transição para **centros de pesquisa em reprodução, conservação e bem estar animal** e, atualmente, desenvolvem projetos de fundamental importância para salvar espécies do desaparecimento completo, além de restaurar o contato dos animais com sua natureza selvagem.

Locais para exibição de animais existem há muito tempo, há registros do Egito antigo. O primeiro zoológico a ser construído foi o Zoo de Viena, em 1752. No Brasil, foi o Zoo do Rio de Janeiro, espelhado nos modelos europeus. Era um local para se observar um animal que as pessoas não conseguiriam ver na natureza, pois dificilmente alguém naquela época poderia, por exemplo, ir até à África ver um elefante, uma girafa, um hipopótamo ou um leão. Além disso, os documentários sobre vida selvagem eram raros. Havia uma curiosidade muito grande em conhecer o comportamento dos animais, suas vidas e como eram seus filhotes.

“No início, o zoo tinha a **função de mostrar**. Os visitantes iam apenas para ver e não para aprender sobre o papel daquela espécie na natureza. Era uma **experiência visual**. Mas a própria população foi mudando seus conceitos a respeito das instituições e do que elas fazem. Em um processo recente, a partir dos anos 2000, começou uma pressão muito grande, no Brasil, para se melhorar o **bem estar dos animais**”, relembra a bióloga Nancy Banevicius, Chefe de Fauna do Zoo de Curitiba.

Banevicius conta que, com o movimento e a pressão da sociedade ganhando força, alguns zoos nacionais começaram efetivamente os trabalhos para dar uma **função**

nobre para os animais sob seus cuidados, iniciando projetos de conservação.

“Um dos projetos que ficou conhecido no Brasil todo foi do Mico-leão-dourado. No final da década de 90, estimava-se que existiam apenas 200 indivíduos na natureza. A espécie estava à beira da extinção. Zoológicos do mundo, órgãos ambientais, ONGs e pesquisadores se uniram em prol de um projeto para salvar a espécie. Com essas parcerias, começaram a ser reintroduzidos, no Rio de Janeiro, animais nascidos em zoológicos, principalmente de fora do país, onde havia muitos exemplares. Os zoos daqui também participaram e, de 2019 a 2020, a população subiu para **3200 indivíduos** em vida livre, uma grande evolução, apesar da situação da espécie ainda ser bastante crítica. Os zoológicos hoje em dia têm como objetivo trabalhar assim, para que os animais continuem existindo **livres na natureza**”, reforça a bióloga.



Nancy e Monalisa. Acervo pessoal.

“Nesta foto estou com meu chodó, a Monalisa, um animal que recebemos de apreensão do tráfico. Uma fêmea filhote de Muriqui, é uma preciosidade, teria um papel fantástico na natureza e, infelizmente, foi retirada dela. Então por que estamos cuidando dela? Porque fazemos parte do plano de manejo da espécie e trabalhamos para a conservação. Uma vez que um animal super ameaçado de extinção chega a uma instituição, para permanecer sob cuidados humanos, deverá ter um papel importante no resgate da espécie.” Nancy Banevicius, Chefe de Fauna do Zoo de Curitiba.



Cidadania

Estima-se que existam apenas 1000 **Muriquis**, ou **Monocarvo-reiros**, em vida livre. O objetivo dos pesquisadores é que **Mona-lisa** seja colocada em contato com um macho e possa reproduzir. A Chefe de Fauna do Zoo de Curitiba explica que, infelizmente, ela não tem mais chances de retorno para a natureza, pois está humanizada, desenvolveu dependência até emocional com seres humanos e não sobreviveria sozinha. “**Mas, quem sabe os filhotes dela possam efetivamente retornar para a natureza como um aporte genético?** Pegar uma fêmea de um sangue novo, um macho de sangue novo e talvez reintroduzir seus filhotes na natureza e fazer com que eles melhorem a genética do grupo de vida livre, isso é possível de fazer”, completa Nancy.

O **Zoo de Curitiba** já provou que esse tipo de projeto pode ser bem sucedido. Há duas décadas, a instituição trabalha com reprodução de papagaios ameaçados. As pesquisas começaram com o **Papagaio-da-cara-roxa**, em parceria com a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS). Foi a primeira instituição a conseguir efetivamente reprodução da ave sob cuidados humanos.

Atualmente trabalha também com o **Papagaio-de-peito-roxo**.

Foram enviados 9 filhotes, nascidos no setor de produção, para reintrodução no **Parque Nacional das Araucárias**, em Santa Catarina. Antes da soltura, as aves passam por um processo de adaptação, desenvolvido pelo **Instituto Espaço Silvestre**, onde aprendem a comer o que existe na natureza, fugir de predadores - incluindo pessoas - e aperfeiçoar o voo em liberdade. São muitas pessoas envolvidas para fazer que efetivamente um projeto dê certo com a fauna nativa.

Em 2018, a Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil (AZA-AB) assinou um termo de Compromisso com o ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente, onde foram selecionadas 25 espécies, que devem ser trabalhadas pelas instituições brasileiras. Cada instituição aderiu ao **Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção** com os animais com os quais considera capaz de trabalhar. Com isso passaram a ser guardiãs e formar bancos genéticos das espécies. Os zoológicos foram a forma encontrada pelos órgãos ambientais para manter populações de segurança e pensar em projetos futuros de reintrodução.



Ararajuba, Harpia e Jacutinga, aves ameaçadas de extinção e que passam por estudos no Zoo de Curitiba para projetos futuros de reintrodução. Crédito: SMCS

“Nunca fique em dúvida com relação à **origem de um animal** do zoológico ou como ele é tratado. Pergunte a um técnico, pesquise, não acuse uma instituição. Os animais estão lá porque realmente não tem mais condições de viver livres. Temos que batalhar contra o **tráfico**, porque a maior parte dos animais que chegam às instituições é resultado de apreensões. Outra parte vem de crises ambientais, como **queimadas, construção de represas e resgate de fauna**. Lugar de bicho é no mato, precisamos evitar que eles saiam, mas uma vez que isso ocorra e eles não possam mais retornar, que sejam encaminhados para locais sérios que vão zelar pelo seu bem estar e dar uma função nobre para aquele animal, não meramente a exibição”, enfatiza Nancy Banevicius.

Arara-azul-de-lear e os trabalhos para salvar a espécie no Zoológico de São Paulo

A **Fundação Zoológico de São Paulo** desenvolve um trabalho de reprodução de uma das aves mais raras do mundo, a **Arara-azul-de-lear**, endêmica de um pequeno trecho da caatinga baiana, quase dizimada pelo tráfico. Em vida livre há apenas 1700 aves. Atualmente o zoo paulista conta com 37 aves dessa espécie e dois centros de reprodução. O trabalho resultou no nascimento de **25 filhotes** em cativeiro. É a única instituição brasileira que conseguiu sucesso na reprodução dessa espécie no mundo.

“O difícil é conseguir encontrar aquele **casal ideal**. A ave tem um comportamento reprodutivo bem diferente de mamíferos. A grande importância do cativeiro nos zoológicos está aí, ter uma população backup.

Não podemos deixar que a espécie seja extinta para depois tentar tomar alguma providência, ou que se chegue a uma situação com dois ou três indivíduos em vida livre e nenhum em cativeiro, deixando se perder toda a história dessa espécie”, defende a **bióloga Fernanda Junqueira Vaz Guida**, responsável pelo Setor de Aves da **Fundação Zoológico de São Paulo**.

Para o sucesso de um projeto de reprodução como da Arara-azul-de-lear, é preciso cooperação nacional e internacional entre diversos zoológicos que abrigam algum indivíduo da espécie. “No Plano Nacional coordenado pelo ICMBio, trabalhamos como se fosse uma **população única** para formar **casais reprodutores**. Se há em São Paulo alguma fêmea sem par, sozinha, podemos mandá-la para a Espanha ou Inglaterra, onde tem um macho adulto da mesma idade. É um **trabalho mundial e integrado**”, acrescenta Fernanda.

Arara-azul-de-lear. Crédito: Paulo Gil ZooSP



Além da Arara-azul-de-lear, o Zoo de São Paulo trabalha com diversas outras espécies ameaçadas. Entre os mamíferos, estão o **Mico-leão-preto**, o **Mico-leão-dourado** e a **Onça-pintada**. Também são desenvolvidos trabalhos com aves, répteis e anfíbios em risco de extinção, como a **Perereca-pintada** e **Perereca-de-alcatrazes**, endêmica de uma ilha do litoral paulista. As equipes atuam em campo com estudos e projetos.

A Fundação também mantém o Centro de Conservação de Fauna Ameaçada (CE-CFau) no interior do estado, em Araçoiaba da Serra, para reprodução e desenvolvimento de pesquisas. Trata-se de um avançado centro de estudos voltado para o monitoramento ambiental, a preservação de amostras e a manutenção de recursos genéticos.



Perereca-de-Alcatrazes, a espécie faz das bromélias um lar, é nativa da Ilha de Alcatrazes, no litoral do estado de São Paulo e é uma das espécies acompanhadas pelo Zoo-SP. Crédito: Cybele Lisboa

Além das Araras, o espaço conta com micos, tamanduás e outros animais nativos e com risco de extinção. É o único Zoológico no país que mantém um espaço com essa finalidade conservacionista, **sem visitação pública**, e com recursos próprios.

“A exposição dos animais, onde as pessoas podem vir passear, conhecer, não é nem metade de todo o trabalho que é desenvolvido. **A exposição não é o final, é o meio.** Trabalhamos sempre pensando em conservação”, ressalta **Fernanda Junqueira Vaz Guida**.

Mico-leão-preto. Crédito: Paulo Gil ZooSP



Bio Parque do Rio - O antigo dando lugar ao novo

O zoológico mais antigo do Brasil está instalado na Quinta da Boa Vista, coração de São Cristóvão, também conhecido como Bairro Imperial, antiga residência da família real. É um dos maiores parques urbanos do Rio de Janeiro, com cerca de 155 mil metros quadrados.

Durante séculos o **Jardim Zoológico do Rio** foi um dos pontos turísticos mais visitados da cidade e manteve uma imensa coleção de animais para exibição pública. Após uma grande crise financeira, com falta de recursos para renovar as instalações e manter os animais, o antigo Zoo do Rio passou a ser administrado pela iniciativa privada, por meio de uma concessão ao **Grupo Cataratas**, em 2018.

Em 2020, reabriu ao público como **BioParque do Rio**, com a proposta de ser referência em bem estar e conservação de espécies, baseado no tripé de **pesquisa, conservação e educação ambiental**.

A área foi reconstruída e modernizada com reestruturação dos recintos. Grades e espaços pequenos foram substituídos por espaços abertos com aquários refrescantes para os animais. A nova administração implantou também o conceito de **“enclausuramento inverso”**, onde os animais ficam em locais abertos e os visitantes confinados em espaços menores para observar o comportamento dos bichos mais próximo do que seria a vida livre.

“Uma das questões que levamos muito em consideração é olhar qual é o ambiente que essa espécie ocupa na natureza. Qual é seu nicho? Nesse sentido recriamos espaços, porque quando se fala em bem estar animal, pode-se resumir isso em **oportunidade e dinamismo**. Dar ao animal a oportunidade de controlar o ambiente em que ele vive, um local dinâmico com diferentes substratos, texturas e estímulos, para que tenha uma vida rica e possa expressar seu comportamento”, explica **Cláudio Maas, Gerente Técnico do BioParque do Rio**.

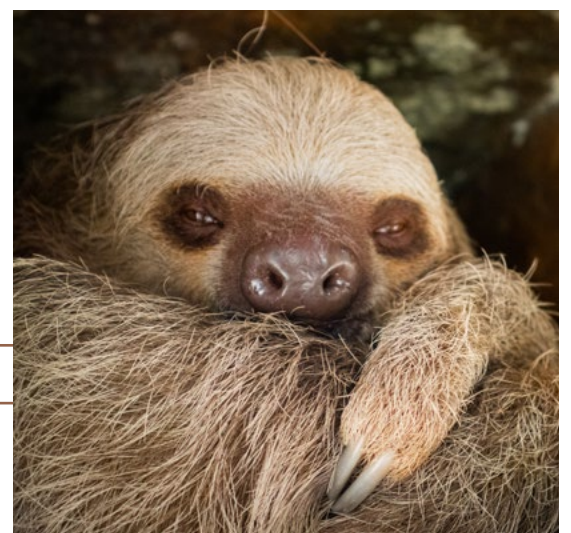


Na área dos primatas amazônicos, há cinco espécies diferentes convivendo em dois grandes complexos de ilhas. Os animais podem transitar de uma ilha para outra e interagir entre si, e o visitante tem a oportunidade de acompanhar tudo.

“Existe um acompanhamento dos animais para saber exatamente qual é o **limite da interação humana**. Mas na verdade, os animais que estão sob nossos cuidados sentem confiança nas pessoas, nos veem como provedores que estão no dia a dia deles. O que nos permite a proximidade como no recinto de Imersão Tropical, com

quase **200 aves e mamíferos**. Esses animais são condicionados para visitação e o nosso time de bem estar acompanha constantemente para que seja uma experiência positiva”, complementa o Gerente Técnico.

Preguiça. Crédito: Juan Carvalho





Cidadania

Atualmente o BioParque do Rio abriga **mais de mil animais de 140 diferentes espécies**. Além da grande reforma, foram firmadas parcerias com renomadas instituições para desenvolvimento de pesquisas científicas focadas na conservação da biodiversidade, como o **sequenciamento genômico da Onça-pintada**, um programa de manejo para salvar a espécie no futuro.

“As onças daqui são da Mata Atlântica, do Cerrado, da Caatinga, do Pantanal e da Amazônia. Estamos mapeando o genoma de 18 onças, é o **maior mapeamento desta espécie no mundo**, para criar e estabelecer as bases do programa de reprodução em cativeiro, com objetivo de desenvolver tecnologia e indivíduos para reconectar as populações de onças que estão hoje isoladas”, acrescenta Cláudio Maas.

Cerca de 48% dos animais abrigados no BioParque são oriundos

do **tráfico**. Muitos sofreram danos físicos ou problemas de comportamento permanentes que inviabilizam o retorno ao ambiente natural. São aproximadamente **25 projetos** de diferentes tipos de atuação, conectados com o Plano de Ação Nacional do ICMBio.

“Nosso objetivo é manter populações de animais que contribuam para a diversidade genética dessas espécies que já estão vulneráveis ou ameaçadas, como é o caso da **Onça-pintada, Mico-leão, Jacutinga, Mutum-silvestre, Arara-azul-de-lear** e outras espécies silvestres brasileiras. É uma **população backup** para manter a diversidade genética. Se alguma coisa acontecer na natureza como uma doença ou uma **catástrofe ambiental**, temos essa salvaguarda para programas de reintrodução e revigoramento demográfico”, finaliza o Gerente Técnico do BioParque do Rio.

Parque das Aves

Visite e contribua com a conservação de aves da Mata Atlântica

Por Carmel Croukamp, CEO, Parque das Aves



O Parque das Aves é produto de um legado e uma história em que uma pessoa, Anna Croukamp, após o falecimento de seu marido, resolveu lutar em prol de um sonho. Hoje, o Parque das Aves segue as instruções que ela nos passou: nosso objetivo é a conservação, nossa base é o encantamento e aumentamos a nossa atuação por meios sustentáveis e responsabilidade social.

No final de 2016, descobrimos que uma pequena rolinha, a pararu-espelho, que vivia no nosso quintal, nas florestas do Iguaçu, tinha se tornado extinta. A extinção dela era evitável. Claravis não é a única. A Mata Atlântica é cheia de aves que só vivem aqui, mas apenas 8% da Mata Atlântica sobrevive, e espécies de aves do bioma estão desaparecendo junto com ele.

Devido ao desmatamento, à caça, ao tráfico, à extração de fontes alimentares para aves, e muito mais, 120 espécies e subespécies de aves nativas da Mata Atlântica hoje encontram-se ameaçadas de

extinção. Uma das crises mais graves de extinção de espécies no Brasil está acontecendo no nosso quintal e nas florestas onde estamos integrados.

Diante desse cenário, nos arriscamos para fazer a coisa certa, e mudamos todo o nosso trabalho para focar só em conservação de aves da Mata Atlântica. As aves da Mata Atlântica precisam de aliados. Nós nos tornamos um aliado forte, e convidamos você a se juntar a nós.

Podemos e devemos fazer uma diferença significativa. Diante disso, sendo especialistas em turismo de atrativos, trabalhamos para criar uma experiência imersiva e intensa com a Mata Atlântica. Assim, usamos todo nosso potencial para abrigar e salvar espécies nativas desse bioma.

Estamos nos posicionando para sermos uma rede de segurança para espécies em perigo de extinção que ocorrem na Mata Atlântica, e chamando a atenção para aquelas que atualmente estão sem amparo. Tudo isso ocorre por meio de parcerias com instituições e projetos de conservação em campo.

Todas essas ações só são possíveis por conta da sua contribuição ao visitar o Parque das Aves.



Nossa Mata Atlântica é linda.
Linda mesmo. Ela encanta, diverte,
surpreende, ensina.
Ela é feita de vida, multiorganismos,
espécies, diversidade.
É feita de beleza em cada respiro,
em cada evolução e descoberta.
É a floresta das aves brasileiras,
únicas e exuberantes.
Minha, sua, do mundo. Nossa.
Nossa Mata Atlântica.



parquedasaves.com.br



SAÍRA-MILITAR É ELEITA AVE SÍMBOLO DE MORRETES

A escolha foi feita por voto popular, em campanha realizada pela Prefeitura e pelo Observatório de Justiça e Conservação

Durante os 45 dias de votação online, a população e os turistas de Morretes puderam conhecer melhor as cinco espécies selecionadas para a disputa. Além da Saíra-militar, participaram da “eleição” o Tucano-de-bico-preto, Pica-pau-de-cabeça-amarela, Surucú-grande-de-barriga-amarela e Bonito-lindo. A seleção das espécies foi feita pelos ornitólogos **Raphael Sobania** e **Fernando Costa Straube** e pelo guia de observação de aves **Luciano Amaral Breves**.

O turismo é, atualmente, o maior setor gerador de emprego e renda no município. A Mata Atlântica abriga **espécies únicas** da fauna e da flora, algumas inclusive só encontradas nesse bioma. A campanha foi realizada para valorizar esse tesouro natural, estimular ainda mais o turismo de natureza e engajar a comunidade na conservação.

A imagem da **Saíra-militar** será agregada aos símbolos oficiais do município. Mais do que criar uma identidade, isso conecta a população com o meio ambiente, por meio de um exemplo, nativo, conhecido e reconhecível. Vários países têm sua ave símbolo oficializada, bem como unidades da federação e também diversos municípios brasileiros.

O próximo passo é encaminhar um projeto de lei para a Câmara Municipal e oficializar a escolha popular.

"Além de valorizar nosso bioma, esta iniciativa posiciona Morretes como um Município que reconhece a importância da conservação do meio ambiente e incentiva o turismo de natureza através da observação de aves (birdwatching), uma atividade essencial para aproximar e sensibilizar as pessoas de questões relacionadas à proteção da natureza", afirma o **Prefeito de Morretes, Sebastião Brindarolli Junior**.

A campanha teve uma ampla cobertura da mídia que divulgou as espécies locais, abrindo muitas portas para o **turismo de observação de aves**, atividade de baixíssimo impacto ambiental e alto retorno financeiro, com movimentação de hotéis, pousadas, restaurantes, guias e agências de turismo.

“Quando se divulga uma ou várias espécies, como aqui, você faz com que a população entre em contato com esses exemplares da fauna e passe a **respeitar, conhecer e criar um sentimento de pertencimento à região**. Também é importante para que as pessoas entendam, desde cedo, que **preservando, o turismo vem**. Morretes possui uma paisagem e uma exuberância espetaculares, comparáveis aos melhores destinos turísticos do mundo. Mas isso



Saíra-militar fotografada em Morretes.
Crédito: Raphael Sobania

precisa ser valorizado. Essa campanha também é uma forma de valorizar o turismo e as espécies nativas que existem na região”, ressalta **Giem Guimarães, diretor executivo do Observatório de Justiça e Conservação**.



A artista BirgitteTümmmler presenteou o município com um desenho original da Saíra-militar que poderá ser usado nos símbolos oficiais da cidade.

“ Esta iniciativa posiciona Morretes como um Município que reconhece a importância da conservação do meio ambiente e incentiva o turismo de natureza através da observação de aves ”



A saíra-militar

Fernando C. Straube

O ano era 1776, quando o zoólogo alemão Philipp Stadius Müller publica sua obra-maior, uma revisão completa dos bichos que foram, algumas décadas antes, estudados por Carl von Linné, o conhecido fundador da classificação dos animais e plantas.

Dentre tantos outros pássaros, e muitos brasileiros, um deles em especial chama a atenção do naturalista, por sua encantadora profusão de cores. Para distingui-lo dos demais, ele decide ressaltar uma característica: “Blaukopf”, ou seja, cabeça azul. Com isso, traduzindo ao latim, o pássaro passou a se chamar *Tangara cyanocephala*, de mesma tradução.

Apesar da simplificação, não há dúvida que o estudioso ficou impressionado com seu espetacular colorido. Muito além da belíssima cabeça azul, havia também um tipo de lenço vermelho intenso que lhe contornava o pescoço e nuca. Além disso, as costas negras revelavam um contraste especial criado pelas linhas verde-limão, finas e quase geométricas, formadas pela borda das penas das asas. Para completar, ainda havia uma pequena mancha amarelo-ouro, que se destacava nas asas, como se fosse uma dragona.

A partir de então, aquele que era apenas um desconhecido pássaro conhecido por um ou dois espécimes de museu, passou a ser, ao longo dos séculos, encontrado em diversas regiões do leste do Brasil e mesmo eventualmente em poucos locais no Paraguai e Argentina. Conforme o conhecimento sobre sua área de ocorrência foi aumentando, descobriu-se algo importante: ele era uma ave quase que exclusivamente brasileira que, em grandes números, vivia

nas úmidas florestas das regiões litorâneas brasileiras. Como dizem os cientistas, confirmou-se que se tratava de uma espécie endêmica (restrita, exclusiva) da Mata Atlântica, um dos biomas mais ricos em biodiversidade em todo o planeta e, ao mesmo tempo, um dos mais ameaçados.

Essa pequena jóia de nossa avifauna, apesar de medir pouco menos do que 15 cm, merece sem dúvida um espaço destacado. Afinal, bem antes de Müller ter formalizado seu nome científico, ela já era conhecida de nossos habitantes. Dentre as denominações pelas quais era conhecida pela nossa população, estão: saíra-de-lenço, soldadinho, verdelim, saíra-da-roça, pintor-coleira e, em especial, saíra-militar – nome que remete à aparência de um uniforme, graças à apresentação impecável e ao colorido tão diversificado de sua plumagem.

As fêmeas têm o mesmo colorido, porém, um pouco mais apagado o que é uma grande vantagem quando estão reproduzindo e, assim, não chamar muita atenção dos predadores para o ninho e filhotes. Durante a reprodução, que se inicia na primavera, constroem seu ninho, em formato de taça e finamente ornamentado por folhas e filamentos de plantas. Escondem-no com perícia em uma forquilha, bromélia a meia altura da floresta. Ali põe três ovos bege com pintas marrons escuras que serão incubados por cerca de duas semanas.

A saíra-militar aprecia a floresta mais densa, fechada e protegida, mas pode também ser encontrada em lugares mais abertos, como as bordas da mata. Vive em pequenos grupos, com quatro, seis e até dez ou mais pássaros, muitas vezes misturando-se com seu parente também conhecido, a saíra-sete-cores. Dessa forma, quando associadas as duas espécies – e mesmo frugívoros como o tié-preto,

o gaturamo, o tié-sangue, o saí-azul e várias outras – causam momentos muito especiais pela beleza de colorido, disperso, profundo e intenso. Cada qual com o seu; todos contribuindo com algum detalhe de rara beleza!

Frequentemente aparece nos jardins e pomares. Assim, trazem grande contentamento aos moradores ou visitantes do litoral e Serra do Mar, revelando um verdadeiro espetáculo de cores e piados agudos, chamando a atenção até mesmo dos observadores menos atentos. Para sua dieta, aprecia os insetos, como lagartas e pequenos voadores mas sua alimentação é baseada em frutos. Escolhe árvores carregadas com frutinhas coloridas, principalmente os vermelhos, como as bagas do caruru e uma infinidade de outras. O interessante é que, ingerindo esses frutos, acaba por contribuir com a dispersão de muitas plantas pois as sementes irão ser liberadas com as fezes, em locais mais distantes. A saíra-militar, portanto, é uma jardineira da floresta! E mais: como também aprecia o néctar, o pássaro também tem importância na polinização das flores, levando para lá e para cá os grãos de pólen presos em sua plumagem.

Em todos os municípios da Serra do Mar e do litoral do Paraná, a saíra-militar é uma das aves mais conhecidas e, também, representa com propriedade todo o ecossistema do leste paranaense. Conta, por esse motivo, com fortes laços de afeto com os moradores locais que, oferecendo frutos nos quintais, podem apreciar diariamente sua presença tão marcante. Seus bandos multicoloridos simbolizam a união de todos em prol da preservação das florestas do litoral do Paraná, bem como todos os esforços que devem ser movidos para a proteção desse patrimônio natural tão bonito e tão importante.



Crédito: Nuno Papp



ACERVOS DE IMPORTÂNCIA GEOLÓGICA SÃO NEGLIGENCIADOS PELO ESTADO

Acervos do geólogo João José Bigarella, Mineropar e Biblioteca do IAP foram divididos e oferecidos a várias instituições, perdendo centralidade e identidade

Quase quatro toneladas de filmes, arquivos e relíquias de grandes produções audiovisuais, como as de Glauber Rocha, se perderam no incêndio do último mês na Cinemateca Nacional. Três anos antes, o Museu Nacional no Rio de Janeiro ardeu em chamas mais de 20 milhões de itens históricos, entre obras de arte, fósseis e múmias. Em 2015, o Museu da Língua Portuguesa também pegou fogo, sendo reinaugurado apenas no último mês.

“Um país que não investe e mantém sua memória está fadado ao subdesenvolvimento”, diz o historiador Renato Mocellin. “Infelizmente, esse é um problema brasileiro e paranaense”. No estado, pelo menos três acervos perderam investimentos e foram distribuídos para outras instituições.

Acervo João José Bigarella

Toneladas de fragmentos geológicos colhidos pelo professor João José Bigarella em várias partes do mundo ficaram mais de 10 anos parados numa estrutura que quase virou museu. Antes de falecer em 2016, o professor Bigarella acreditava que o projeto sairia do papel, como o governo estadual um dia prometeu. O “quase” acabou em julho deste ano.

O museu nunca foi inaugurado. A estrutura de 2.800 m² construída dentro do Parque Estadual de Vila Velha para receber públicos de escolas, universidades, turistas e interessados na formação geológica do Paraná e do Brasil, pode até ser demolida.

O prédio foi construído em Vila Velha pela sua peculiaridade da formação geológica, conta Glaucon Horrocks, ex-presidente da Funabi, fundação que leva o nome do professor. “Sem parceria com o governo do Estado, o Ministério da Cultura não nos autorizou o funcionamento”, lembra Horrocks.

O Grupo Soul Parques ganhou a concessão do Parque Estadual de Vila Velha depois que a exploração de unidades de conservação pela iniciativa privada foi aprovada na Assembleia Legislativa do Paraná. Segundo a Funabi, não houve interesse da empresa em manter o acervo no local.

Depois de anos esperando um termo de parceria com o governo do Paraná, membros da fundação atenderam à determinação do Tribunal de Contas da União para sua retirada do parque.

Parte foi destinada à Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em Guarapuava, por recomendação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Dos cerca de 500 fragmentos, entre rochas e amostras, 30 foram para a universidade. Cadeiras de auditório, arquivos deslizantes e painéis de exposição também foram destinados.



Amostras adquiridas para compor acervo do professor Bigarella foram doadas para Unicentro. Crédito: Nuno Papp



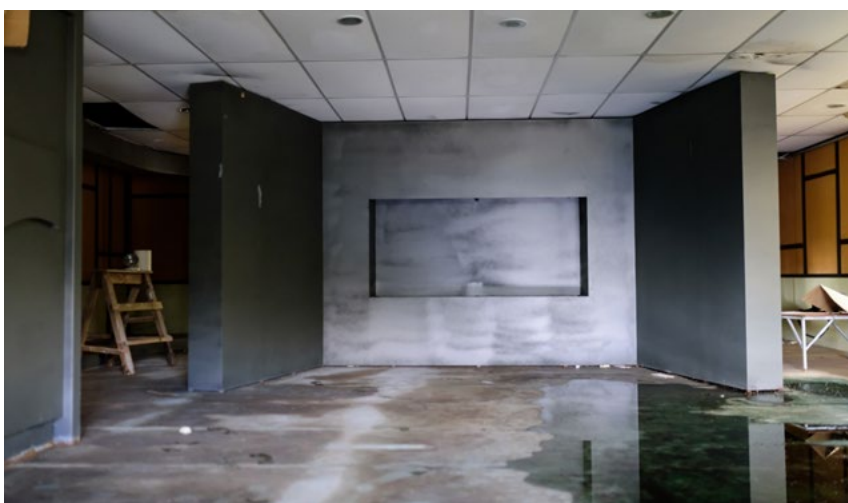
Ciência

Maria Carolina Stellfeld, geóloga e membro da comissão científica da Funabi, conta que para a Unicentro foram enviadas amostras compradas com fundo da Lei Rouanet. Outras, colhidas pelo próprio Bigarella em suas dezenas de expedições, foram levadas a uma propriedade da família e podem seguir para a Universidade Estadual de Ponta Grossa e para o Serviço Geológico do Estado, que são interessados no acervo.

“O museu teria um percurso desde a origem do universo, com posicionamento dos planetas em relação ao sol. Os visitantes saberiam como houve a separação do Gondwana [dos continentes África e América do Sul], a formação de Vila Velha, a deposição dessas rochas. Os painéis já estavam todos prontos, desenhados. Dá dó não usar este material todo”, comenta Stellfeld.



Vista do primeiro salão no prédio construído para abrigar o museu no Parque Estadual de Vila Velha. Crédito: Nuno Papp



Vitrines montadas do museu que nunca foi aberto ao público Crédito: Nuno Papp

O material de trabalho do professor Bigarella, como martelos, machados e outras ferramentas podem ser expostos no prédio universitário que leva o nome dele, no Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), caso haja uma parceria entre a fundação e a instituição. O acervo do professor ainda contém mais de 3 mil fotos e vídeos de seus trabalhos pelo mundo.

João José Bigarella foi geólogo, pesquisador e professor da UFPR. Esteve em vários países africanos e sulamericanos para realizar pesquisas geológicas de campo. Seus estudos têm referência internacional, uma vez que esteve à frente das pesquisas empíricas pioneiras para explicar a movimentação e separação dos continentes. Também contribuiu para estudos de deriva continental e geomorfologia do quaternário brasileiro. Foi reconhecido por várias instituições por seu intenso trabalho de pesquisa e educação ambiental.



João José Bigarella coletou toneladas de rocha e amostras geológicas pelo mundo durante a vida, com intenção de criar o museu. Crédito: Funabi

Filha e diretora-presidente da fundação, Mônica Maria Bigarella lamenta que o esforço do pai e de tantas pessoas depois dele tenha este desfecho. “O projeto do museu foi baseado em grandes estudos de todos os museus que ele percorreu para poder fazer uma síntese disso para o Paraná. Era o presente que ele queria dar ao Estado”.

Foram mais de 10 anos de espera, negociações, mudança de governos. Para Aristides Athayde, advogado e ambientalista, faltou interesse político para alocar o acervo. “Começou com o governador Requião, que não assinou o termo de parceria. Em seguida foram 8 anos de descaso do governo Beto Richa e agora o mesmo com Ratinho Jr. Nada foi feito”.

Acervo *Mineropar*

Outro acervo geológico paranaense também ficou espalhado pelo estado e até fora dele. A Mineropar, Serviço Geológico do Paraná, mantinha grandes amostras de rocha, resultado de estudos e retirada de fragmentos de rocha metamórfica, ígnea e sedimentar de vários municípios ao longo de anos.

Parte deste acervo foi depositada no estacionamento de um prédio alugado pelo estado ao lado do ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná). Segundo dois servidores do IAT que preferem não se identificar, os arquivos do acervo ficaram “jogados” ali sem o cuidado devido.

De acordo com Luciano Loyola, chefe da Divisão de Geologia do IAT, o acervo foi dividido em três partes. “Com a extinção da Mineropar, os testemunhos de sondagem [amostras de rocha retiradas a metros de profundidade da superfície] ficaram guardados num galpão em Araraquara, no interior de São Paulo, onde está um depósito do Serviço Geológico do Brasil”.

Além de Araraquara, parte do acervo da Mineropar foi destinado ao Viveiro do Guatupê, em São José dos Pinhais. Antes disso, o material ficava num laboratório em Curitiba para análise e consulta de pesquisadores.

O acervo da Mineropar para visitação de escolas foi levado ao Parque da Ciência Newton Freire Maia, em Pinhais. Mapas, globos e maquetes com atividades de mineração eram instrumentos didáticos para crianças e serviam de iniciação à importância do conhecimento sobre solo e formações geológicas. De acordo com Loyola, foi requisitada uma verba para alocar o acervo no mesmo nível de curadoria dos demais acervos do Parque da Ciência, o que ainda não ocorreu.

O Observatório de Justiça e Conservação considera inadequado o tratamento público reservado aos acervos. “O que está acontecendo mostra a pouca importância que o governo do Paraná dá à educação. É um descaso com o patrimônio público, com a herança cultural para as próximas gerações. Museus e acervos têm finalida-

des educacionais e é a educação que estamos deixando de lado”, afirma o diretor-executivo do OJC, Glem Guimarães.

Biblioteca do *IAP*

O antigo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), hoje IAT, possui um acervo de livros que um dia foi público. Hoje os livros da Biblioteca do IAP ficam, segundo o IAT, disponíveis ao público digitalmente.

A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo informou em nota que “livros de conteúdo pedagógico e didático, de geologia, geografia e áreas correlatas estão à disposição para doação a bibliotecas que tiverem interesse”.

A nota também informou que os livros de conteúdo técnico estão disponíveis para consulta, com agendamento e supervisão, “por se tratarem de materiais históricos do Estado”.

O historiador Renato Mocellin considera esta divisão um prejuízo. “Os investimentos podem ser canalizados de maneira mais efetiva e racional se o acervo de uma mesma temática está todo no mesmo lugar. A própria captação de recursos é mais difícil se o acervo estiver espalhado. Além disso, você precisa de cuidado profissional especial para cada acervo. Não dá só para amontoar os itens num prédio e abandoná-los”.

O acervo do IAP ficou aos cuidados da bibliotecária Aimara Riva da Silva por 20 anos. Ela diz que o processo de descarte do acervo não é de hoje. “Parte do acervo já tinha sido doado ao ITCG, outra parte foi para a sede da Secretaria do Meio Ambiente [atual Sedest]. Cada vez foi diminuindo o número de estantes.. até que o acervo sumiu”. Dona Aimara se recorda dos documentos históricos, com aspecto antigo, todos registrados como patrimônio do Paraná. “Cada livro e documento é patrimoniado do Estado. Não dá só pra digitalizar, isso tudo é parte da história. Temos que separar a informatização da informação”, afirma a bibliotecária aposentada.

Pousada e Café das Meninas

*Tradição em Charme e aconchego
em pura harmonia com a natureza*



Praia do Farol das Conchas - Ilha do Mel, Paraná

Fone: 55 41 34268023

contato@pousadadasmeninas.com.br

www.pousadadasmeninas.com.br



MESMO DEPOIS DA QUEDA DE SALLES DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, AÇÕES DO EX-MINISTRO AINDA PREJUDICAM A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Instituto Água e Terra (IAT), IBAMA e Federação de Agricultura (FAEP) se apoiam no despacho (4.410/2020) do Ministro do Meio Ambiente, já revogado, para tentar anistiar desmatadores



72 mil hectares de Mata Atlântica desmatados no Paraná podem ser perdoados por uma canetada do ministro autor da frase "passar a boiada".
Crédito: Zig Koch

Os três órgãos do Paraná brigam na Justiça para não obedecer a Lei federal da Mata Atlântica (11.428/2006), especial e mais protetiva, e seguir o Código Florestal (12.651/2012), lei mais branda e que serve para todos os biomas brasileiros. A disputa, que já chegou à terceira instância na Justiça, pode perdoar os responsáveis por quase 72 mil hectares de floresta derubada em propriedades privadas do estado, segundo dados do Mapbiomas.

Para entender o pedido dos interessados por este perdão, imaginemos o ano 2000. Em alguma propriedade privada da área da Mata Atlântica, passa um rio com mata ciliar dos dois lados. O dono da terra desmata a vegetação de cada margem, sem autorização de órgãos ambientais. Pela lei

da Mata Atlântica, ele seria punido com multa e auto de infração. Ainda deveria responder por crime ambiental e recuperar a área que danificou. Pela lei, o bioma tem proteção desde 1990.

Mas o mesmo proprietário poderia ser livrado de qualquer punição e necessidade de restauração da área se no mesmo caso fosse aplicada a lei do Código Florestal. Pelo Código, matas nativas, em Áreas de Preservação Permanente (APPs), como margens de rio, ou reservas legais, e que tenham sido retiradas até 22 de julho de 2008, viram áreas consolidadas. Ou seja, o dono da terra ganha o direito de explorar a área como quiser, sem precisar recuperar o bioma.

Mas hoje, qual legislação vale? Em abril

do ano passado, o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles assinou um despacho (4.410/2020) que anistiaría 329,7 mil hectares de Mata Atlântica devastados entre 1990 e 2008 no país, ao se aplicar as regras do Código Florestal. Este despacho foi citado pelo próprio ex-ministro na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020. “Essa semana mesmo nós assinamos uma medida, a pedido do Ministério da Agricultura, que foi a simplificação da lei da mata atlântica para usar o código florestal, hoje já tá (sic) nos jornais que vão entrar com ações judiciais e ação civil pública no Brasil inteiro contra a medida, então para isso nós precisamos estar com a artilharia da AGU [Advocacia-Geral da União] preparada...”.



Ricardo Salles deixa "herança" negativa que pode destruir o pouco que resta de Mata Atlântica no Paraná. Crédito: Marcos Corrêa/PR
Direitos autorais: Creative Common Attribution



Por pressão dos Ministérios Públicos dos 17 estados onde a Mata Atlântica está presente, além do Ministério Público Federal e da sociedade civil, Salles revogou o despacho dois meses depois. Só que os impactos da assinatura reverberam na Justiça até hoje, pois alguns Estados concordam com o seu conteúdo.

É o caso do Paraná, onde o Instituto Água e Terra (IAT), órgão ambiental de fiscalização do estado, e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), entraram com pedidos de liminar na Justiça para obedecerem ao Código Florestal. A Federação de Agricultura (FAEP) apoia a iniciativa. A justificativa do IAT para preterir a Lei da Mata Atlântica é que isso afetaria Cadastros Ambientais Rurais (CAR) pendentes de análise, uma vez que, segundo o governo do Estado, não há como analisar tecnicamente as declarações da década de 1990 pela falta de imagens de propriedades da época. O governo estadual ainda afirma que haveria prejuízo à economia, baseada na agropecuária, ao ter que exigir de produtores rurais a retirada de lavouras para a recuperação da mata nativa.

De acordo com o diretor da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, o setor agropecuário paranaense vai na contramão das políticas para conter a emergência climática. “Uma coisa é o Estado não aceitar. Outra coisa é a lei. O Paraná se esquia do processo das oportunidades de restauração das propriedades com o CAR e o Plano de Recuperação Ambiental. Com isso o estado fica fora do Acordo do Clima. Como é que você não vai reconhecer a lei da Mata Atlântica se hoje tem satélite, informação, universidades? Tem tudo”.

O promotor de Justiça do MP-PR, Ale-

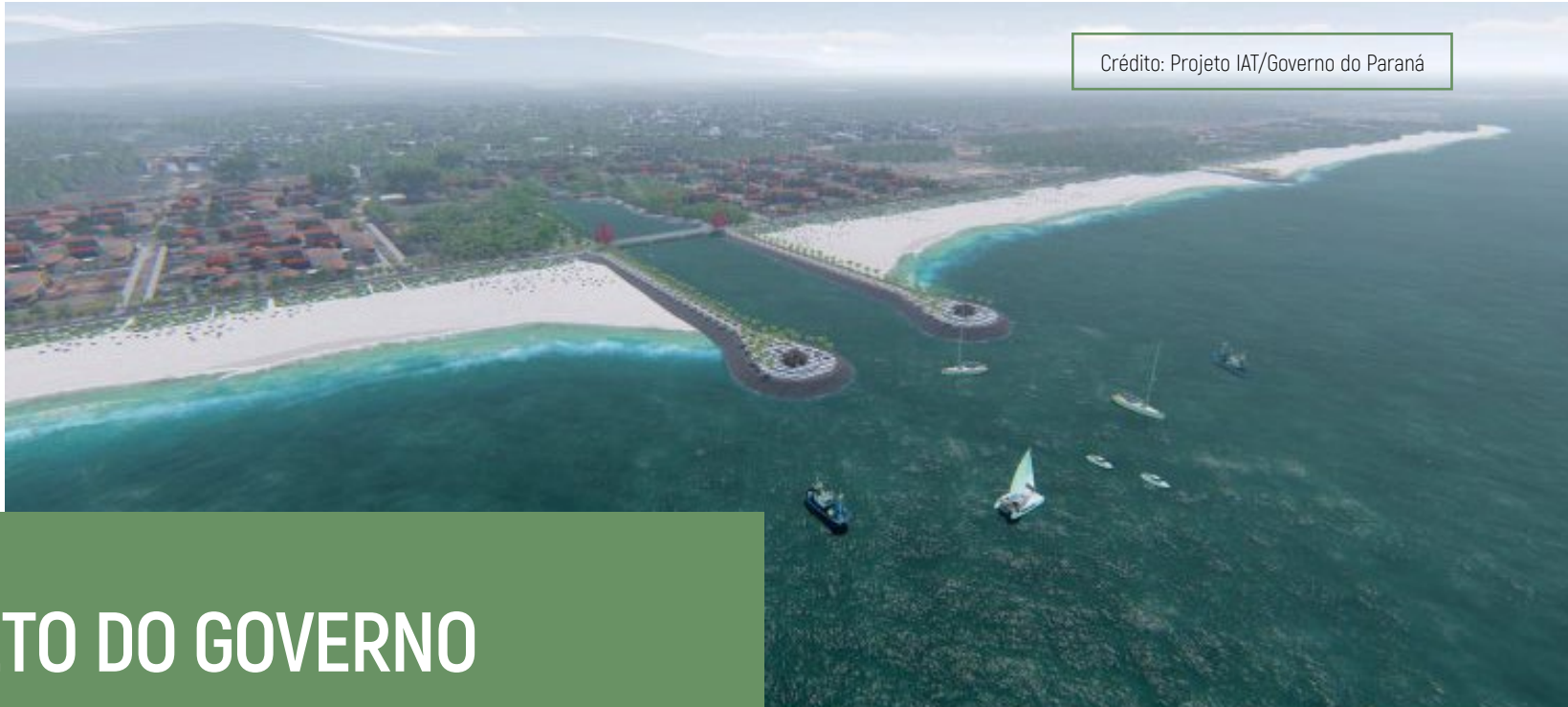
xandro Gaio, responsável pela Ação Civil Pública que tenta barrar o pedido do IAT, afirma que as justificativas do governo do Estado não são aceitáveis. Primeiro porque há imagens de satélite e aéreas disponíveis de três fontes diferentes: do MapBiomas desde 1985, do Google Earth desde a década de 1990 e do próprio governo pelo Instituto de Terras, Geografia e Geologia do Paraná (ITCG) desde antes de 1990. “O que existe é uma ausência de vontade do órgão ambiental de fazer o seu trabalho. É muito simples, é só ver no CAR [Cadastro Ambiental Rural] o proprietário que declarou área consolidada de APP: é nessa propriedade que o órgão tem que buscar a informação. Existem instrumentos hábeis e plenamente factíveis para que o Estado do Paraná possa realizar essa verificação”, ressalta o promotor do Ministério Público.

O MP ganhou na segunda instância em favor da Lei da Mata Atlântica, mas perdeu na terceira, com decisão favorável ao IAT no Supremo Tribunal de Justiça. A decisão foi assinada monocraticamente pelo ministro do STJ Humberto Martins. Ainda cabe recurso. Sobre a crise econômica mencionada pelo IAT, Gaio pondera que o tamanho da área desmatada é importante para o bioma, mas pouco expressivo para a economia: “O que mais me chama a atenção é o Estado do Paraná recorrer ao STJ com pedido de suspensão de liminar alegando grave risco à ordem econômica com base no 0,4% do território [desmatado] em benefício de médios e grandes proprietários infratores”. O promotor se refere aos dados do Mapbiomas divulgados em 2020. A área a ser recuperada equivale a menos de 1% do território no estado. A maior parte dos infratores são donos de áreas com mais de quatro módulos fiscais.

O IAT ainda afirma, nos pedidos à Justiça, que aplicar a Lei da Mata Atlântica afetaria o andamento dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) que estão pendentes. Este cadastro é obrigatório para donos de imóveis rurais que, depois da análise pelo governo, têm as áreas da propriedade definidas para uso produtivo ou preservação natural. Pelos dados do Climate Policy Initiative de 2020, o CAR não está adiantado no Paraná: são 452 mil imóveis rurais inscritos no sistema e apenas 2,3% desse total foram analisados. As análises foram interrompidas depois das ações na Justiça.

O Observatório de Justiça e Conservação (OJC) e outras nove organizações não-governamentais ingressaram com “Amicus Curiae” no Superior Tribunal de Justiça. O termo em latim significa “amigo da corte”, que é uma espécie de colaborador junto ao Ministério Público para reunir e fornecer dados e argumentos à Justiça. Juntamente com quatro organizações, o OJC também foi Amicus Curiae na Justiça Federal. Os argumentos analisam e refutam ponto a ponto as justificativas do IAT para manter o código florestal, em favor da conservação ambiental.

O bioma tem uma lei especial pela sua importância. Só restam 7% da sua área original no país. É responsável pela regulação do clima no sudeste e sul do Brasil, além de ser abrigo para uma vasta biodiversidade única no mundo e ameaçada de extinção. Mantovani lembra da importância de se manter a floresta em pé: “Não tem fábrica de água. A água vem da floresta, ponto. Se não tiver cobertura florestal, não vai ter água, e o Paraná tem um sinal de alerta muito maior do que o da legislação do Paraná ou da lei da Mata Atlântica que é a crise hídrica e a crise climática”.



Crédito: Projeto IAT/Governo do Paraná

PROJETO DO GOVERNO PODE ACABAR COM ECOSSISTEMAS, COM O SURF E AINDA PIORAR O PROBLEMA DE EROSÃO DA PRAIA

Pesquisadores da UFPR apontam sérios problemas na elaboração do projeto de revitalização da orla e engorda da praia, que estima meio bilhão reais dos cofres públicos só para implantação

O grupo de trabalho que envolve diversos pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) publicou documentos questionando a obra milionária do governo de Ratinho Júnior (PSD) para o litoral. O Projeto IAT-Aquamodelo 2020 prevê engorda da praia de Matinhos e a revitalização da orla. Mas os especialistas alertam para os efeitos colaterais graves e irreversíveis.

A primeira fase da obra é de revitalização da orla de Matinhos, em 6,3 quilômetros entre a Avenida Paraná e o Balneário Flórida. A previsão de orçamento público para a primeira e segunda fases deve ultrapassar meio bilhão de reais.

“O problema dessa obra já começa na sua concepção”, afirma o geólogo e professor Rodolfo José Angulo. Pelo projeto, serão construídas seis grandes estruturas perpendiculares à costa. São espigões, guias-correntes e headlands, espécies de quebra-mares rígidos e semi-rígidos que, segundo o IAT, terão a função de combater a erosão da praia e assim evitar enchentes nas cidades costeiras. Estas estruturas não estavam presentes no projeto de 2010 e são questionadas por alterarem significativamente a dinâmica das correntes marítimas da costa.

Angulo estudou o projeto. “Primeiro se fala do controle da erosão, mas quando se vai analisar o projeto, os quebra-mares não têm esse objetivo. Nem tem a ver com as enchentes, porque elas também não foram estudadas no projeto. É um tipo de obra que não se faz mais porque gera custos, descaracterização da orla e um monte de problemas”.

De onde vem a areia

O geógrafo Eduardo Vedor de Paula aponta um problema para sustentar a engorda da faixa de areia. Ele questiona a falta de estudos prévios para verificação da origem dessa matéria-prima. “Não tem areia. A nossa plataforma no Paraná tem pouca areia e muita lama. A obra vai colocar lama pra engordar a Praia de Matinhos e vai ser o caos. A chance de necessidade de outras obras para corrigir essa é bem grande”, prevê o geógrafo.

Os pesquisadores da UFPR enfatizam que o projeto não fez medições adequadas de volume e das características da areia e da

viabilidade de dragagem para o local da engorda. “Um dos testes para essa medição, a cubagem, não foi aplicado com parâmetros confiáveis”, reforça Vedor.

Outra questão levantada é a presença dos espigões e a movimentação que a areia faz naturalmente, a chamada “**deriva**”. Os trabalhos de geologia costeira da UFPR mostram que a deriva no litoral do Paraná movimentava cerca de 200 mil m³ de areia por ano, o equivalente a 30 mil caminhões. “As ondas tiram areia de um lugar e a jogam para frente. Quando você coloca os espigões, essa areia toda vai ficar retida de um lado. Quem vai assumir o custo de bombear artificialmente sedimento de um lado para o outro? O que a natureza faz de graça vamos ter que assumir. Quanto custa isso e quem vai fazer?”, pergunta Vedor aos responsáveis pelo projeto.

Como consequência, a areia retida em Matinhos deve faltar em Pontal do Sul e em outras praias. “Hoje Ipanema, Shangrilá, Atami e Pontal do Sul, balneários com grande número de veranistas nas férias, começarão a sofrer com erosão. Você gera um problema onde não existe e isso não foi respondido. Temos certeza que vai acontecer, não é um cenário hipotético”, afirma Vedor.



Desenho gráfico de quebra-mares do Projeto IAT - Obras "complementares" podem alterar completamente o fundo do mar. Crédito: IAT

Angulo afirma que o custo de bombeamento da areia seria assumido pelos municípios e que os valores não estão dimensionados. “Considerando o preço atual de dragagem de areia dos portos, cerca de 4 dólares por m³ de areia, isso não é barato. Não sei se as prefeituras sabem que vão ter que arcar com isso no futuro, para sempre”.

Salinização do Rio Guaraguaçu

Um rio de água doce tem características e ecossistemas muito diferentes do mar de sal. Na bacia hidrográfica litorânea correm as águas do Guaraguaçu, importante rio por diversas razões. É nas suas nascentes que estão estações de **captação de água para abastecer três municípios**: Matinhos, Pontal do Paraná e indiretamente Paranaguá, pela Serra da Prata. Em seu curso, o Guaraguaçu também dilui e conduz o esgoto das estações de tratamento das cidades litorâneas em direção à baía de Paranaguá. O rio ainda serve à atividade pesqueira e ao turismo ecológico. Este rio pode ser “invadido” por água salgada por uma obra que deve encurtar seu caminho até o mar.

Em que isso pode ser um perigo? Existem questões químicas e físicas decorrentes da salinização de um rio. Durante as marés mais altas, a água salgada do oceano pode estar em níveis mais altos que o leito do Rio Guaraguaçu, interferindo no trajeto natural das correntes fluviais dos canais. Já o fator químico ocasionaria **mudanças no ecossistema do rio**, que tem seus microorganismos próprios e alimenta os peixes adaptados àquele habitat. A água salgada causaria interferência nos ciclos migratórios e no metabolismo de peixes e outras espécies de animais e plantas aquáticas, descaracterizando o ambiente



Mais importante berçário de peixes da região está ameaçado pelo projeto do IAT. Crédito: Ricardo Borges

O alerta sobre a provável salinização do Guaraguaçu foi apontado por um professor do Departamento de Ciências Ambientais da UFPR Litoral. O professor Paulo Marques notou que um canal artificial proposto pelo projeto diminuiria a distância entre o mar e o trecho médio do Rio Guaraguaçu. O canal seria construído no Balneário Saint-Etienne, em Matinhos, sob a justificativa de controlar as cheias que ocorrem na cidade. “Se abrir um canal no Balneário Saint-Etienne, nos eventos de maré alta o nível do mar vai ficar muito acima dos canais, vai entrar água neles. E isso pode ocorrer lá no Rio Guaraguaçu também. Se os canais forem salinizados, a função de diluição dos esgotos pode ser comprometida”, avisa Marques. O professor explica que o rio presta um grande serviço ambiental recebendo a matéria orgânica do esgoto já tratado, já que possui um ambiente capaz de diluir e distribuir estas substâncias em seu curso.

O que o grupo de pesquisadores da UFPR questiona é a **falta de estudos de impacto ambiental** para as obras propostas. Marques aponta que, no caso do canal de Saint-Etienne, faltam estudos de previsão do movimento das águas, que pode mudar totalmente a função do canal: “Só foi apresentado o projeto de escoamento do canal para o mar, mas não se estudou o fluxo de água que poderia ser criado em direção ao Guaraguaçu. Se o Guaraguaçu recebe um aporte de água salgada, isso mudaria completamente o ambiente. Seria um **impacto de grande magnitude**”.

Entre eles, a interrupção do fluxo migratório e a morte de peixes. A reprodução de várias espécies também estaria ameaçada, pois ela ocorre nas áreas de mangue, ecossistema de ligação entre rio e mar e **berçário da vida marinha**. O Guaraguaçu é um dos mais importantes berçários da costa paranaense.

Pico de Matinhos e a prática do Surf

As ondas do conhecido “Pico de Matinhos” lançaram grandes nomes do circuito mundial do esporte. **Peterson Rosa, Jihad, Peterson Crisanto** e outros levaram o nome do Pico de Matinhos para outras partes do mundo, pois começaram ali.

O surfista paranaense **Italo Conceição** descreve com minúcia a onda que se forma ali, por experiência das muitas que já pegou. “O **Pico de Matinhos** forma uma onda longa, uma parte mais tubular através da pedra. Depois ela fica um pouco mais cheia, proporcionando um surf mais tranquilo, e no final ainda tem uma parte mais em pé, que dá pra dar manobras mais radicais... **passa de um minuto de onda**. Tem surfistas que pagam caro pra surfar essa onda fora do Brasil”, conta Italo.

Entre os raros pontos para a prática do surf no estado, estas características podem ter alterações no **tamanho**, na **altura** e na **frequência** das ondas.

Segundo relatório da UFPR, o governo do Paraná não tem como prever se as obras de quebra-mares da praia podem alterar o movimento das ondas. Não há estudos de impacto que contemplem este aspecto.

A dúvida dos pesquisadores ocorre pela implantação de um espigão no extremo norte da praia Brava de Caiobá. “**Não é simples formar uma onda**”, diz o pesquisador que alerta sobre uma interferência na movimentação do mar neste ponto. Mauricio Noernberg, oceanógrafo e professor da UFPR litoral, explica por quê. “A surfabilidade depende de vários fatores: altura da onda; ângulo de casca, que permite manobras nas ondas; a intensidade dessa rebentação e o comprimento dela”.



Italo Conceição surfa onda no Pico de Matinhos. Crédito: Júlio Bazanella

O **fundo do mar pode ser alterado** com a presença de uma grande estrutura rígida, como um espigão. “Ali a gente tem um pico, um costão rochoso, ou seja, uma surfabilidade boa. O que não se sabe é o que vai acontecer com a morfologia do fundo após essas obras. Faltam estudos para prever isso”, completa Noernberg.

Italo lembra que o surf do Pico de Matinhos movimenta a economia, a cultura, o esporte e até a criançada. “**Fere meu coração ouvir dizer que uma obra pode interferir na onda** do Pico de Matinhos. Se o que os pesquisadores estão dizendo realmente acontecer, eu fico receoso. Será que o governo não pode convidar a nossa tribo do surf para discutir os impactos?”, pergunta Italo.



A paisagem protegida da orla de Matinhos

A orla de matinhos tem uma **paisagem quase única no mundo**. É o contraste entre uma região costeira, muito plana e extensa, e um belo conjunto de montanhas, na Serra do Mar.

Por esse motivo, a paisagem da **orla de Matinhos foi tombada** pelo próprio governo do estado em 1970, o que exige que qualquer modificação na paisagem deva ser autorizada pelo CEPHA, o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.

Um parecer com ressalvas foi emitido pelo CEPHA em 2012. No final do ano passado, o conselho aprovou a obra novamente, mesmo com as modificações no projeto do IAT da primeira para a segunda versão.

Ex-conselheiro e oceanógrafo, Paulo Lana critica o trâmite de **aprovação do CEPHA ao projeto**. “Para o segundo projeto, a comissão aprovou o parecer facilmente. Sem qualquer discussão, em uma votação acelerada, sem qualquer manifestação contrária, com poucos comentários técnicos. **A boiada passou sem maiores questionamentos.**”, afirma Lana, que mesmo sem poder de voto acompanhou as reuniões da comissão responsável.

Também há um aspecto da paisagem que não é só estético, mas também ambiental. A presença do mangue, transição entre mar e rios, e da restinga, ecossistema presente na faixa de areia, estão ameaçadas com a implantação das obras.

Lana afirma que a redução dos efeitos da erosão se dá graças à cobertura vegetal. “É a mesma lógica da mata ciliar às margens dos rios: se você remove essa mata os processos de erosão, as-



Paisagem de Matinhos é única pela extensa planície e proximidade com a Serra do Mar. Crédito: Creative Commons

soreamento e deterioração são acelerados. Na beira do mar, se a cobertura vegetal é removida, os processos erosivos tendem a se intensificar”, diz.

A reportagem do OJC entrou em contato com o CEPHA para esclarecimentos sobre o parecer que aprova a obra. Não tivemos retorno até a publicação desta edição.

Necessidade de *amplo debate*

As obras contendo espigões não foram analisadas pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA 2009) do primeiro projeto, de 2010. Foram incluídas no novo projeto como “obras complementares”. Pela magnitude das obras, as notas técnicas da UFPR afirmam que não podem ser consideradas “complementares”, nem reutilizar licenças anteriores.

A tramitação do projeto é questionável, afirma Daniel Telles, geógrafo da UFPR litoral. Não houve audiência pública para expor o projeto e ouvir a sociedade civil. “O projeto **não está tramitando da maneira adequada** que o assunto exige. Nós temos órgãos técnicos, participativos, consultivos, deliberativos e o projeto deve tramitar por todos no seu devido rito. Não adianta querer implementar uma obra dessa natureza, em um espaço dinâmico como é a praia, num curto prazo. Não dá pra requestrar um projeto de 2010 que já tinha insuficiências”.

Segundo o Instituto Água e Terra (IAT), o projeto será realizado em duas etapas, sendo que os espigões estão previstos para a segunda fase e só serão executados após licenciamento ambiental.

Existem alternativas, dizem os pesquisadores. “No lugar destes enormes quebra-mares, dá pra fazer pequenas obras complementares para reter areia. Existem estruturas muito menores, mais baixas e curtas, que vão reter areia. É uma pequena obra soterrada, no nível da praia, que não aparece e não causa esses prejuízos”, finaliza Rodolfo Angulo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS ARTICULA DESMONTE AMBIENTAL NO PAÍS, APROVANDO PROJETOS SEM DISCUSSÃO

Três projetos de lei tiveram posições favoráveis da maioria dos deputados federais e apoio do presidente da casa, Arthur Lira. Em poucos meses, políticas que vigoram há décadas no Brasil podem ser varridas na Legislação Ambiental.

O OJC aponta os três projetos de lei que colocam as florestas, os povos indígenas e a fauna e flora brasileiras em perigo. O **PL 2.633/2020** propõe legalizar o que hoje em dia é crime: a grilagem de terras públicas e a mineração em Terras Indígenas. Esta é a primeira reportagem. O **PL 490/2007** é uma tentativa da bancada ruralista em diminuir a demarcação de Terras Indígenas (TIs), tornando disponíveis mais áreas para o agronegócio. O custo disso é claro: a vida e a cultura dos povos originários e as florestas, já que as áreas mais protegidas

do país estão dentro de Tis. Acompanhe a reportagem na [página XX](#). Tão devastador quanto os dois primeiros é a tentativa de um deputado federal em modificar as categorias de unidades de conservação (UCs). Este é o **PL 984/2019** que pretende permitir que estradas sejam construídas dentro das UCs, medida que tem prejuízos ambientais de grandes proporções. O OJC elenca quais são os problemas de aprovação do projeto. A mídia internacional também está de olho: acompanhe a reportagem na [página YY](#).



Câmara dos Deputados incentiva grilagem de terras da união, ignorando apelo de diversos setores sociais

Possível fraude na redação do texto pode facilitar ainda mais o crime de grilagem

Quem ocupou ou ainda ocupará no futuro terras pertencentes à União ou aquelas destinadas à reforma agrária terá o título de propriedade facilitado. O **PL 2.633/2020, conhecido como PL da Grilagem**, foi aprovado no começo da semana e já movimentou a Câmara com questionamentos do texto final, **escrito com alterações daquilo que foi acordado em plenário**.

Durante a votação, foi discutido que ocupantes de terras da União podem regularizar a situação da área a partir do **CAR (Cadastro Ambiental Rural) ativo**, ou seja, fase entre a inscrição e a homologação, que aponta não haver sobreposição da área reivindicada com terras públicas, Terras Indígenas e unidades de conservação.

No entanto, no texto final publicado ontem consta apenas exigência de **“inscrição no CAR”**, que pode favorecer ainda mais o crime de grilagem pois não haveria o filtro da sobreposição de áreas. Deputados contrários ao projeto anunciaram que entrarão com recurso para mudança do texto.





PL aprovado

Pelo projeto de lei, ocupantes de terras públicas passam a ter direito ao título de propriedade de áreas que autodeclararam com até seis módulos fiscais, sem necessidade de vistoria em campo para verificação de irregularidades ambientais. O título da terra pública para um dono particular ocorre por meio de concessão, compra ou doação da área.

435 deputados participaram da votação do projeto, aprovado com folga: **296 deputados foram favoráveis** e 136 se posicionaram contra o PL. Houve uma abstenção. O texto segue agora para apreciação do Senado Federal.

De **autoria do deputado Zé da Silva (SD-MG)**, o PL 2.633 é uma **reconfiguração da Medida Provisória 910 de 2019**, de proposição do presidente Jair Bolsonaro. A MP perdeu validade em maio de 2020 por não ter sido votada na Câmara.

No texto da extinta MP, terras de até 15 módulos fiscais podiam ser regularizadas sem vistoria prévia pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Ou seja, grileiros que avançaram sobre maior perímetro de terras públicas seriam beneficiados se a MP fosse aprovada. Em seu lugar o projeto desta semana passou com texto **similar na Câmara mas com área menor para dispensa de vistoria (seis módulos fiscais)**.

Especialista sênior de políticas públicas ambientais do Observatório do Clima e ex-presidente do Ibama, Suely Araújo alerta que a metragem ainda pode subir. “**O Senado tende a aumentar a área**. Um texto do senador Irajá Abreu (PSD-TO) propõe dispensa de vistoria prévia em áreas de até 15 módulos fiscais. **Isso na Amazônia é um perigo**, porque tem municípios na região em que um módulo mede 100 hectares”, prevê Araújo.

O **relator do PL, o deputado Bosco Saraiva (SD-AM)**, afirmou que a proposta foi amplamente discutida pelos líderes partidários e que estava “madura” para ir à votação. Essa afirmação é equivocada, já que **houve trâmites para apurar a votação**. Várias organizações ambientais afirmam que o projeto foi **discutido sem debate**.

O diretor-executivo do Observatório de Justiça e Conservação, Giem Guimarães, afirma que a vontade do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), foi decisiva para a aprovação do PL. “O projeto passou de forma atropelada. Lira apoiou o trâmite em regime de urgência e a proposta foi apreciada sem passar pelas comissões. Ele agiu de forma arbitrária”, avalia Guimarães.

Da Rede Pró UC, a diretora-executiva Angela Kuczach afirma que Lira atende a interesses de uma minoria. “Inúmeros setores da sociedade, o econômico e o **agronegócio, empresários, ambientalistas, todos se posicionaram contra o PL**. O Lira não escutou ninguém. Ele atendeu aos interesses de um pequeno grupo, sem discussão”.

No início da sessão que aprovou o projeto (03 de agosto), o Psol tentou sua retirada de pauta e o PT propôs o adiamento da discussão. Ambos partidos não tiveram sucesso nas tentativas.

Legislação

O texto ainda pode ser modificado no Senado. O declarante precisa apenas estar **inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR)**, que não precisa estar homologado, conforme as emendas 13 e 19 aprovadas para o novo texto. Também é necessário **aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)**.

Angela Kuczach alerta que grileiros serão beneficiados porque poderão declarar áreas ocupadas da forma que quiserem. “O grileiro pode dizer que a área tem reserva legal, que tem área de proteção nas margens de rios... e não ter necessariamente. Não terá vistoria prévia dos órgãos competentes para verificar isso”, afirma.

Terras Indígenas (TIs) e territórios tradicionais, como as ocupadas por quilombolas e ribeirinhos, ficaram de fora do texto e continuam seguindo regras específicas. No entanto, o perigo de roubo desses territórios continua, prevê Suely Araújo. “Em tese é isso, mas na prática a declaração e regularização será por via remota e haverá confronto entre áreas griladas e territórios tradicionais em processo de demarcação. Depois de emitido o título para o invasor, a briga na Justiça leva anos para reverter”, diz.

Amazônia em pé é exigência de setores brasileiros e estrangeiros

Em junho deste ano, 173 empresários e intelectuais brasileiros assinaram uma carta articulada pelo Observatório de Justiça e Conservação (OJC) e a Rede Pró UC, com posicionamento contrário ao PL da Grilagem e outros projetos de lei que também atingem unidades de conservação e povos tradicionais. A carta pediu a retirada do PL da pauta. Entre as signatárias estão a Natura, o banco Itaú e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABRAG).

Faz um tempo que empresas europeias se esforçam em avisar que deixarão de comprar produtos do Brasil caso o PL seja aprovado. Quase **50 empresas do Reino Unido e Holanda assinaram carta** e a enviaram à Câmara dos Deputados, que até agora mostrou pouca ou nenhuma preocupação quanto ao anunciado **boicote europeu**.

O recado foi direto para os parlamentares. “Se essa ou outras medidas que minam a proteção desta existência [populações indígenas e comunidades tradicionais] se tornam lei, **nós não teremos escolha a não ser reconsiderar nosso apoio e utilização da cadeia produtiva de commodities da agricultura brasileira**. Nós pedimos que o governo brasileiro reconsidere esta proposta”, afirmam os signatários europeus de redes de supermercados e cadeias alimentícias.

É consenso entre as organizações ambientais citadas afirmar que o maior problema da aprovação da lei é justificá-la pela **flexibilização de regras para pequenos proprietários**. “Os agricultores familiares já são beneficiados pela lei há anos [lei federal 11.952/1979]. Essa alteração da lei é um estímulo ao desmatamento no governo Bolsonaro, que já é marcado pelo **aumento expressivo da invasão de terras**”, ressalta Araújo.

A **imagem lá fora fica comprometida** e as sanções podem ser imediatas. “O mundo civilizado lá fora olha para o nosso país por conta da Amazônia. O que estamos dizendo com esse PL é que nós não nos importamos com a floresta. **As sanções econômicas serão gigantescas** e o agronegócio já está sentindo isso”, finaliza Angela Kuczach da Rede Pró-UC.

Empresários de dentro e fora do Brasil avisam que haverá boicote aos produtos do país se PL 2.633 for aprovado. Crédito: Creative Commons



Deputados Paranaenses

tiveram peso na aprovação

Dos 30 deputados que representam o Paraná no Congresso, 63% foram favoráveis ao PL. Em sua maioria, votaram sim partidos favoráveis à agenda bolsonarista, ruralista e apoiadores de Arthur Lira (MDB, PL, Podemos, PROS, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, Republicanos, Cidadania). Entre as exceções, deixou de exercer o voto o líder do Governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR).

Contrariando a orientação do partido, o deputado Luciano Ducci (PSB) foi favorável. Da mesma sigla, que orientou pelo voto contrário, Aliel Machado (PSB) deixou de votar.

PDT, PT e PV defenderam a proteção de terras públicas e de territórios tradicionais.

FAVORÁVEIS

Hermes Parcianello (MDB)
Sergio Souza (MDB)
Christiane de Souza Yared (PL)
Luiz Nishimori (PL)
Giacobo (PL)
Diego Garcia (Podemos)
Toninho Wandscheer (PROS)
Paulo Eduardo Martins (PSC)
Sargento Fahur (PSD)
Vermelho (PSD)
Rossoni (PSDB)
Aline Sleutjes (PSL)
Felipe Francischini (PSL)
Filipe Barros (PSL)
Luisa Canziani (PTB)
Aroldo Martins (Republicanos)
Luizão Goulart (Republicanos)
Rubens Bueno (Cidadania)
Luciano Ducci (PSB)

CONTRÁRIOS

Gustavo Fruet (PDT)
Enio Verri (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)
Zeca Dirceu (PT)
Leandre (PV)

NÃO VOTARAM

Roman (Patriota)
Ricardo Barros (PP)
Reinhold Stephanes Junior (PSD)
Aliel Machado (PSB)
Boca Aberta (PROS)
Pedro Lupion (DEM)



Pista de garimpo na aldeia Homoxi na TI Yanomami (RR). Práticas econômicas como esta seriam legalizadas dentro de territórios indígenas caso houvesse "interesse público" no local. Crédito: Bruno Kelly/Amazônia Real

Projeto de lei ameaça soberania dos povos indígenas sobre suas próprias terras

Manifestações diárias de povos indígenas em frente ao Congresso Nacional não foram suficientes para povos serem ouvidos

Há 14 anos em discussão, o projeto de lei proposto pelo ex-deputado federal Romero Pereira (PR/MT) prevê revogar a demarcação de Terras Indígenas (TIs) para áreas que não estavam ocupadas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. **Este “marco temporal” não leva em consideração a expulsão de povos indígenas de suas terras, que só puderam reavê-las depois desta data, ou que ainda esperam por regularização.** O projeto altera o Estatuto do Índio (lei federal 6.001/1973) e já agrega **outros 13 projetos de lei**, todos com proposições similares.

Além de exigir destes povos a comprovação de posse das terras até o marco temporal, o texto pretende permitir que terras já demarcadas tenham seu perímetro revisto, ou seja, reduzido, caso haja “interesse público” sobre elas, tirando a gestão das terras dos povos indígenas e da Funai, órgão vinculado ao Poder Executivo, e passando este poder ao Poder Legislativo, para aprovar mudanças. Assim, poderia ser votada e aprovada na Câmara a permissão para **exploração de TIs para atividades de mineração, malha viária, interesses de defesa e soberania nacional**, entre outros interesses.

A situação é gravíssima: cerca de 114 povos indígenas vivem isolados. Além disso, terras já demarcadas não seriam ampliadas, favorecendo o agronegócio e a prática da grilagem.

Parte dos 13 PLs que tramitam juntamente com o de número 490 teve aprovação da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (mais conhecida como CCJ),

que decidiu que o texto segue para ser votado em plenário, por 40 votos a 21. Dos deputados paranaenses, seis votaram na comissão, sendo 4 favoráveis.

O deputado **Diego Garcia (PODEMOS-PR)**, que se intitula “deputado da família”, com certeza não é deputado das famílias indígenas. Em seu site oficial, está publicado o artigo 226 da Constituição Federal que protege a família como base social. No entanto, o deputado não leva em conta que a mesma CF assegura aos povos indígenas as terras por eles tradicionalmente ocupadas.

No art. 231 da CF: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Também defensor “da família e das crianças”, **Filipe Barros (PSL)** votou favorável.

Ainda votaram sim na CCJ **Luizão Goulart (REPUBLICANOS)** e **Reinhold Stephanes Junior (PSD)**. Em seu site oficial, Stephanes posa ao lado de cães e se chama “defensor da causa animal”. (<http://www.stephanesjunior.com.br/reinhold-stephanes-junior-defensor-da-causa-animal/>)

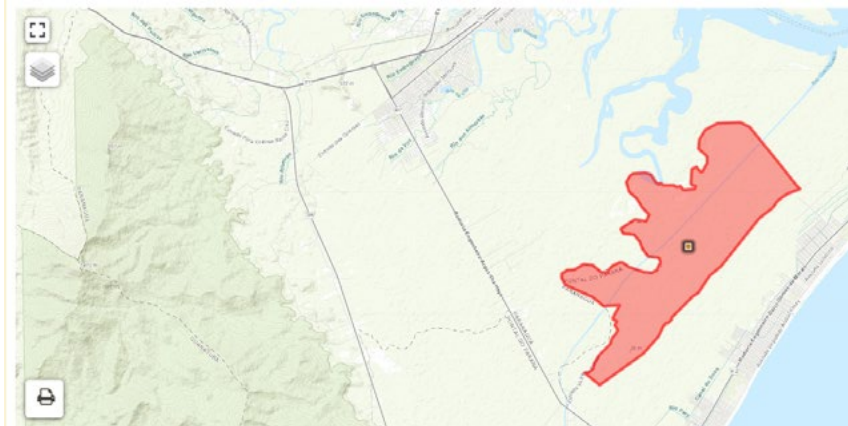
Vários relatórios reconhecidos, como o da Organização das Nações Unidas (ONU), do Instituto Socioambiental (ISA) e o mais recente do The Nature Conservancy Brasil (TNC Brasil) mostram que, no Brasil, manter as terras indígenas é essencial para a conservação da natureza. Segundo o TNC Brasil, o desmatamento atinge 2,5% das TIs na Amazônia, enquanto que esse percentual salta para 52,5% em imóveis ru-





Política

No Paraná, a TI Sambaqui, em Pontal do Paraná, tem 100% do seu território coberto por Floresta Ombrófila Densa, segundo levantamento do ISA. A área corre risco de ser eliminada caso o PL seja aprovado, já que o povo indígena Guarani M'bya foi expulso do local conforme o Diário Oficial da União de 19 de abril de 2016, vítima de “expulsões violentas e expropriações de terras”, e só o reocupou em 1990, data posterior ao marco temporal.



PL 490/2007 - CCJC - Como votou seu deputado?

FAVORÁVEIS

Diego Garcia PODEMOS
Filipe Barros PSL
Paulo Eduardo Martins PSC
Luizão Goulart Republicanos
Reinhold Stephanes Junior PSD

CONTRÁRIOS

Gleisi Hoffmann PT
Rubens Bueno Cidadania

Como Terras Indígenas são demarcadas?

Rachel Libois

Mestranda em direito socioambiental e sustentabilidade pela PUCPR

Antes da Constituição Federal de 1988 não se demarcava Terras Indígenas. Terras eram reservadas para que os indígenas vivessem enquanto não eram integrados à sociedade. Isso ocorria porque o ideal do Estado e do Direito era que o indígena seria integrado, assim, “indígena” seria uma categoria transitória.

Com a Constituição Federal de 1988, finalmente entende-se que se é **indígena** e **não se está**, de modo que as terras ocupadas pelos indígenas deveriam ser demarcadas. A Constituição previa que todas as terras indígenas deveriam ser demarcadas em até cinco anos (art. 67 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias). Obviamente isso não aconteceu.

O processo demarcatório no Brasil ocorre seguindo as regras do Decreto 1.775/96, em que cabe à Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciar o processo administrativo demarcatório.

Existem algumas fases. (1) Primeiro é nomeado um antropólogo que deverá identificar a área a ser demarcada, conforme a Portaria nº 14 da Funai. (2) Depois um grupo técnico é constituído e é coordenado por um antropólogo, não necessariamente o mesmo que identificou a área, visando realizar estudos complementares como natureza jurídica, sociológica, ambiental, cartográfica, etno-histórica e sobre o levantamento fundiário da região, ou seja, terras que fazem fronteira com a terra indígena a ser demarcada. A comunidade indígena tem direito de participar de todas as etapas. (3) Esses estudos técnicos são resumidos em um relatório que é enviado para (4) a Funai que em 15 dias deve publicar um resumo do relatório do Diário Oficial da União e nos Diários Oficiais do Estado e Município, onde está a TI. (5) O Estado e município tem direito de contestar o processo desde seu início e até 90 dias depois da publicação do resumo do relatório.

(6) Passado o prazo de manifestação, a Funai deve encaminhar o procedimento ao Ministério da Justiça que na pessoa do Ministro poderá: declarar, por meio de portaria, os limites da TI e sua demarcação; ou prescrever novas diligências que devem se dar no prazo de 90 dias; ou ainda desaprová-lo mediante decisão fundamentada. (7) Se

o Ministro declarar a demarcação da TI caberá ao Presidente da República dar a palavra final e homologá-la por meio de decreto presidencial. (8) Por fim, cabe à Funai proceder o registro no cartório imobiliário correspondente e na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Justiça. **A terra indígena é de propriedade da União, mas de uso e posse dos povos indígenas.**

Assim deveria ser... mas e na prática?

Todo o processo possui prazos a serem cumpridos, contudo, estes não são respeitados pelos órgãos estatais. É comum que a demarcação se estenda por décadas.

A situação que já era ruim se tornou muito pior com o presidente Jair Bolsonaro que, ao assumir o governo, encontrou em sua mesa 27 processos demarcatórios de TIs já declaradas pelo Ministério da Justiça. O presidente não só se recusou a homologar as TIs como determinou que fossem adequadas à tese do marco temporal, de modo que as TIs em que os indígenas não ocupavam em 5 de outubro de 1988 não deveriam ser demarcadas.

PL 490

O Projeto de Lei 490 é um grande frankenstein contra os povos indígenas. Reúne em si diversos outros projetos que foram apensados, de modo que trata de todo tipo de ataque aos povos indígenas para além do marco temporal. A discussão começou no Poder Judiciário, especificamente no Supremo Tribunal Federal no famoso caso Raposa Terra Serra do Sol (Pet 3388 AgR), em que os Ministros criam 18 condicionantes para demarcação das TIs. O Legislativo passa então a discutir a questão e busca a implementação do marco temporal por meio da Lei.

O PL traz diversos outros ataques aos povos indígenas, como proibição de ampliação de TIs, em que todos os processos não concluídos deverão se adequar as novas regras; permite que a União retire o povo da área reservada se entender que os traços culturais da comunidade não são mais indígenas; permite que o Poder Público instale equipamentos, rede de proteção, estrada, via de transporte, sem consultar os povos; abre espaço para arrendamento; entre outros absurdos.

Projeto de lei do deputado Vermelho propõe rasgar o Parque Nacional do Iguaçu, ameaçando essa e outras 2 mil unidades de conservação no País

Maior remanescente de floresta da Mata Atlântica do país corre risco de ser cortado por rodovia que já foi fechada há 20 anos

Publicação da revista científica internacional Nature chama a atenção para o projeto de lei da “estrada-parque”. Crédito: Marcos Lambanca



Virou notícia em umas das **revistas científicas mais respeitadas do mundo**. A *Nature* publicou em agosto deste ano o artigo **“Brazilian road proposal threatens famed biodiversity hotspot”** (Proposta de estrada brasileira ameaça famoso *hotspot* da biodiversidade”. Os *hotspots* são áreas de grande biodiversidade de plantas, animais, fungos e outros seres vivos que compõem um ecossistema altamente ameaçado de extinção e que, por isso, exigem maior atenção das iniciativas de conservação. É o caso da floresta que envolve o **Parque Nacional do Iguaçu (PNI)**, o maior remanescente de Mata Atlântica. Segundo levantamento do SOS Mata Atlântica, restam apenas 12,4% da sua área original.

Parque nacional é só uma das 11 categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, lei federal 9.985/2000) que podem sofrer alterações a partir do **projeto de lei 984/2019** da Câmara dos Deputados. O PL foi proposto pelo deputado paranaense Vermelho (PSD), eleito por Foz do Iguaçu e região e colega de partido do governador Ratinho Jr.

O PL pretende burlar uma **discussão já superada no âmbito judicial em 2001**, alterando a lei 9.985 ao prever a criação de uma nova categoria de unidade de conservação, a “estrada-parque”. Na prática, a alteração permitiria que estradas passassem por dentro de quaisquer unidades de conservação. Naquele ano, o Supremo Tribunal Federal decidiu pelo fechamento da **“Estrada do Colono”** no Parque Nacional do Iguaçu, por considerá-la ilegal. Em abril, de 2020, a Ação Civil Pública (ACP) ingressada há duas décadas transitou em julgado, ou seja, passou por todas as instâncias judiciais e não cabe mais recurso. A estrada não poderia ser reaberta a menos que... o SNUC fosse alterado por lei.

A antiga Estrada do Colono tinha 17,5 quilômetros de percurso e ligava os mu-

nicípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu. Em 20 anos, a mata se regenerou: onde passavam veículos e pessoas, hoje passam onças e outros mamíferos ameaçados de extinção. Enquanto permaneceu aberto, o acesso mais curto permitia uma série de perigos ao bioma.

A peritagem judicial da ACP atestou que o tráfego de veículos propiciaria o “efeito borda”, facilitando o desmatamento ilegal do parque. Segundo estudos sobre este efeito, os prejuízos ambientais são graves até um quilômetro de cada margem da estrada, e continuam reverberando até cinco quilômetros de cada margem, alterando o tráfego e a reprodução de animais. Haveria ainda um expressivo aumento da caça ilegal, contrabando, tráfico de drogas e animais silvestres em toda a área do parque.

O deputado Vermelho insiste em construir uma nova via, abrindo também precedente para que as 2.201 unidades de conservação existentes no país sofram o mesmo. A antiga Estrada do Colono fechada há 20 anos era de terra, sem pavimentação, mas o deputado Vermelho tem interesse para que, além de reaberta, ela seja asfaltada. Ele é dono de uma usina de asfalto na região.



Deputado federal Vermelho (PSD) tem interesse em ressuscitar discussão encerrada judicialmente. Crédito: Câmara dos Deputados

Passando a boiada sem discussão

A revista *Nature* deu ênfase ao fato de o Brasil **discutir a conservação** na Mata Atlântica de **forma atropelada**. “(...) a Câmara dos Deputados colocou o projeto de lei na pauta rápida em junho, pulando o debate regular entre comissões e passando direto à votação – um movimento que deixa pesquisadores preocupados”, pontuou a revista.



Brazil's National Congress could soon vote on a bill proposing to construct a road through the country's Iguaçu National Park. If the proposal moves ahead, researchers fear that it will threaten the park's lush forest, a biodiversity hotspot that is home to almost 1,600 animal species, including endangered animals such as the purple-winged ground dove.

Environmentalists and researchers have fought off construction of the 17.5-kilometre road for years, arguing that it will bring not only pollution to the park, but also poachers, who would threaten animals such as jaguars and tapirs. Even research in the park could be affected. In a portion of the park that dips into Argentina, for example, “poachers often steal our cameras”, says Julia Pardo, a mammal conservation and ecology researcher at the Subtropical Biology Institute in Misiones, Argentina.

RELATED
Under the leadership of President Jair Bolsonaro, Brazil's government has weakened protection of the country's forests in favour of industries such as mining, logging and ranching. The lower house of Brazil's Congress, the Chamber of Deputies, put the bill on a fast track in June, allowing it to skip regular debate among its committees and head straight for a vote – a move that has researchers worried.

If passed, the legislation would establish a dangerous precedent that could weaken environmental law in Brazil, says Sylvia Torrecilha, a biologist at the Secretariat of Environment, Economic Development, Production and Family Agriculture in the state of Mato Grosso do Sul. In addition to cutting Iguaçu Park in two with a road that will connect towns to its north and south (see ‘Contested

Fonte: nature.com - “Brazilian road proposal threatens famed biodiversity hotspot”, publicado em 17 de agosto de 2021



Na votação do requerimento de urgência, trâmite que permitiu a aceleração do debate, 27 dos 30 deputados paranaenses foram favoráveis. Na contagem total de deputados, houve aprovação por **315 votos a 138**.

PL 984/2019: Como votaram os deputados paranaenses?

FAVORÁVEIS

Hermes Parcianello (MDB)
Sergio Souza (MDB)
Roman (Patriota)
Christiane de Souza Yared (PL)
Luiz Nishimori (PL)
Diego Garcia (Podemos)
Ricardo Barros (PP)
Toninho Wandscheer (PROS)
Paulo Eduardo Martins (PSC)
Sargento Fahur (PSD)
Vermelho (PSD)
Rossoni (PSDB)
Aline Sleutjes (PSL)
Felipe Francischini (PSL)
Filipe Barros (PSL)
Luisa Canziani (PTB)
Aroldo Martins (Republicanos)
Luizão Goulart (Republicanos)

CONTRÁRIOS

Rubens Bueno (Cidadania)
Gustavo Fruet (PDT)
Aliel Machado (PSB)
Luciano Ducci (PSB)
Enio Verri (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)
Zeca Dirceu (PT)
Boca Aberta (PROS)
Leandre (PV)

NÃO VOTARAM

Giacobo (PL)
Reinhold Stephanes Junior (PSD)
Pedro Lupion (DEM)

Na votação pela urgência do PL 984, 18 deputados paranaenses votaram pelo sim, nove foram contrários e três não votaram. O PL está pronto para ser votado em plenário, possibilitando um dano incalculável, pois é praticamente certo que os parques brasileiros sofrerão diminuição da vegetação e fauna, uma vez que os órgãos ambientais brasileiros não possuem meios de fiscalizá-los de forma devida em seu interior.

Parte dos deputados, para não verem suas biografias manchadas com certas votações impopulares, adotaram a tática de “ficar em cima do muro”. Alguns deputados afirmam suas posturas de defensores do meio ambiente e dos animais mas, ao não articularem pela reprovação destes projetos, prestam um desserviço às questões ambientais, sociais e econômicas.

Comissão de Direito Ambiental da OAB no Brasil é contra estrada

Assim como há amplo posicionamento favorável por muitos deputados à construção de estradas em unidades de conservação, grupos também se posicionam contrários. É o caso da Comissão de Direito Ambiental (CDA) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Depois de uma ampla agenda de encontros, reuniões e eventos chamada “Unidades de Conservação em Debate”, a comissão no Paraná enviou parecer à CDA nacional.

A advogada e presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB-PR, Patrícia Précoma Pellanda, afirma que a opinião omitida pela OAB é democrática. “Touxemos especialistas de várias áreas, não só do direito. Ouvimos o setor econômico, o aspecto ambiental, as questões de concessão, privatização, legislação. Buscamos dialogar com todas as áreas e, de forma fundamentada, optamos pela posição contrária”.

O parecer contrário às alterações das leis ambientais foi aceito pela comissão nacional e deve ser encaminhado às comissões de meio ambiente da Câmara dos Deputados e do Senado. No parecer, a CDA-PR lembra da necessidade de consulta prévia à aprovação do PL por parte do Congresso Nacional ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Isso porque o Parque Nacional do Iguaçu poderia perder o título de Patrimônio Natural da Humanidade, concedido pela UNESCO, caso o projeto seja aprovado.

O parecer também apontou o apelo turístico que é gerado pela conservação da Mata Atlântica na região. O Parque Nacional do Iguaçu chama turistas do mundo inteiro para apreciarem o que ainda está preservado, além do retorno econômico “às populações locais e aos governos via ICMS ecológico”.



MELIPONAS

Descubra as abelhas nativas da Mata Atlântica

A Meliponas é uma startup ecológica focada exclusivamente em abelhas nativas do Brasil. Nosso objetivo é a conservação e multiplicação das colméias nativas em seus biomas, e com a parceria dos produtores locais, comercializar seus méis é própolis.

Conheça nossos produtos e acesse o site para saber mais.



MEL DE GUARAIPO

Melipona bicolor
Sabor frutado e delicado



MEL DE JATAÍ

Tetragonisca angustula
Sabor marcante e peculiar



MEL DE MANDAÇAIA

Melipona quadrifasciata
Sabor cítrico e suave



MEL DE TUBUNA

Scaptotrigona bipunctata
Sabor adocicado e intenso



PRÓPOLIS DE ABELHAS NATIVAS

Pesquisas científicas comprovam que a própolis de abelhas nativas é anti-inflamatória, antioxidante, anestésica, bactericida e cicatrizante.

COSMÉTICOS COM PRÓPOLIS E MEL

Cuide da sua pele com o melhor que a natureza tem para oferecer! Pomada hidratante e balm labial com certificação Cruelty Free®.

Use o código **ojs2021** em nosso site e ganhe 10% de desconto!

Acesse e saiba mais:

MELIPONAS.COM.BR

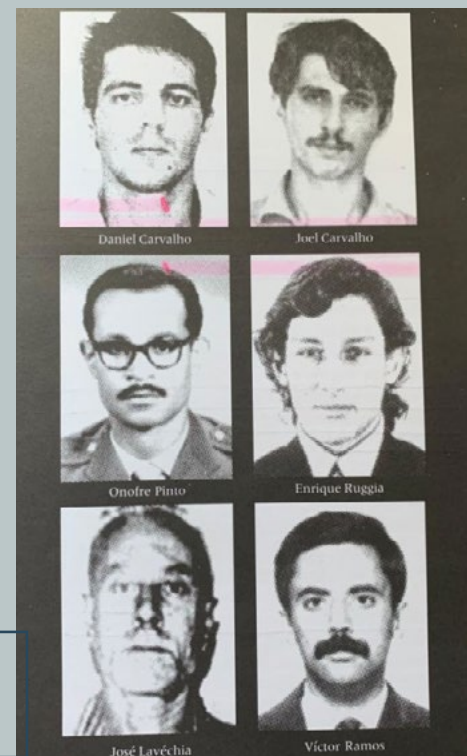
Estrada do Colono serviu para *emboscada e assassinatos* durante a ditadura

Numa noite de 1974, cinco homens que lutavam contra a Ditadura Militar brasileira - quatro brasileiros e um argentino - foram atraídos por dois agentes infiltrados do Exército para uma emboscada dentro da floresta do Parque Nacional do Iguaçu (PNI), no oeste do Paraná. Ao toque combinado pelos executores, um clarão se deu em meio à mata e tiros foram disparados. O quinteto morreu no local. Os infiltrados se jogaram ao chão e, como esperado, se safaram. Anos mais tarde, um deles, Otávio Rainolfo da Silva, contou detalhes da operação à Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. De acordo com relatos, os corpos do grupo foram enterrados em uma área acessível através da então Estrada do Colono.

"Além da importância que o Parque Nacional do Iguaçu tem como relicários de importantes biomas e abrigo de nossa fauna, ele possui sua importância histórica. Foi ali que o Centro de Informações do Exército - CIE, armou uma armadilha e executou a sangue frio um dos grupos que formaram a Resistência Brasileira à ditadura militar", afirma o jornalista Aluizio Palmar, revolucionário preso pela ditadura e autor do livro 'Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?'. A obra narra justamente a busca pelo quinteto executado naquela noite de 1974 pelo Exército.

Palmar voltou ao Brasil após um período de banimento juntamente com outros 69 presos políticos em uma troca pelo Embaixador da Suíça no Brasil. Foram oito anos entre o exílio e a clandestinidade. Atualmente preside o Centro de

Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu. Em seu blog, conta que não caiu na emboscada porque esteve preso com um dos infiltrados e desconfiou que se tratava de uma armadilha.



Militantes mortos no Massacre de Medianeira. Crédito: Divulgação.

Armadilha para a *morte*

Joel José de Carvalho, Daniel Carvalho, José Lavecchia, Vitor Carlos Ramos eram militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grupo que resistiu aos desmandos ditatoriais do governo militar golpista de 1964 e estava exilado na Argentina naquele ano de 1974. Lá, juntamente com o argentino Ernesto Ruggia, eles foram atraídos pela armadilha de Alberi Vieira dos Santos (agente colaborador da repressão infiltrado nos movimentos de resistência ao regime) e de Rainolfo, que fazia passar por motorista.

O depoimento de Rainolfo revela uma trama arquitetada a sangue frio por ele e Alberi. Naquela noite de 13 de julho de 1974, Rainolfo fez as vezes de motorista do grupo e os trouxe para Foz do Iguaçu em uma Rural Willys supostamente para retomarem o enfrentamento à ditadura. No meio da mata, foram executados.

Trecho do depoimento de Otávio Rainolfo da Silva (ex-agente do Centro de Informações do Exército), à CNV e à Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban, em 28 de junho de 2013:



Aluizio Palmar em uma das buscas pelos corpos enterrados às margens da Estrada do Colono. Crédito: Arquivo Pessoal

“ O sr. Otávio Rainolfo da Silva: – Quando deu naquele toco [local combinado para as execuções] já acendeu a luz, parecia um computador, acendeu, e eu também já sabia que era para deitar e eu deitei, os outros se assustaram, no meio de um mato daqueles, ver luz acender. Até eu me assustei, eu que sabia assustei, imagina quem não sabia. ”

Para Rainolfo, os corpos estão enterrados na área próxima onde os guerrilheiros foram executados. Apesar disso, buscas já feitas no local pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), sediada na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, jamais os localizou.

O Massacre de Medianeira, como ficou conhecido o desfecho da missão da qual Rainolfo participou, ainda viria a vitimar um sexto integrante do grupo. Onofre Pinto acabou assassinado naquele mesmo ano e também em Foz do Iguaçu. Para a CNV, “há fortes indícios de que os fatos que se relacionam a esse caso e às ações da ditadura militar se conectam à colaboração entre os países do Cone Sul na repressão, cujo conjunto de ações foi denominado Operação Condor 8”.



Serra do Mar no Paraná. Proteger a vegetação é essencial para produzir água na região sul do país. Crédito: Simone Balster

OBSERVATÓRIO DE JUSTIÇA E CONSERVAÇÃO ARTICULA CARTA ENVIADA A ARTHUR LIRA CONTRA RETROCESSOS AMBIENTAIS

Carta contou com 173 assinaturas de intelectuais e empresários e impulsionou movimento de outros grupos

O Observatório de Justiça e Conservação (OJC) e a Rede Pró-UC articularam carta ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (AL-PP), como forma direta de posicionamento de empresários e executivos frente às pautas ambientais em discussão na Casa.

A carta enviada em 23 de junho pontuou a posição contrária a três projetos de lei que tramitam na Câmara: PL 984/2019 (leia reportagem nesta edição na página 31), PL 2633/2020 (p. 32) e PL 490/2017 (p. 34)

Nomes ligados a grandes empresas e instituições assinam embaixo, como Klabin, Grupo Positivo, Itaú, Natura, USP e Fapesp, entre outros (lista completa abaixo). O movimento de união do setor inspirou outros grupos a também afirmarem suas opiniões sobre o que está acontecendo nas bancadas do Poder Legislativo do país.

Diretor-executivo do OJC, Giem Guimarães conta que esta é uma forma de engajar parte do setor econômico para expor uma opinião necessária. “Não podemos, enquanto empresários, ficarmos calados diante do que é decidido de forma anti-democrática, prejudicando nossos negócios e violando o artigo 225 da CF. Se ficarmos quietos, seremos coniventes. E o que está acontecendo, é um retrocesso de proporções gigantescas, com prejuízos ambientais e econômicos de igual tamanho”, afirma Giem.

Depois desta carta, saíram dados de levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 10 de agosto sobre a preocupação de empresários brasileiros com a falta d’água. De acordo com a pesquisa, 9 em cada 10 empresários no país se mostram receosos com seus negócios e com o futuro econômico. A falta d’água afeta moradores diretamente na torneira de casa mas principalmente o setor produtivo - agronegócio e indústrias -, que são os maiores consumidores de água e energia elétrica.

O Brasil acionou as usinas térmicas, concebidas inicialmente para cobrir períodos em que houvesse diminuição de afluência de água nas usinas hidrelétricas. Com a queda expressiva do volume de chuvas e manutenção do quadro de racionamento, água e energia faltam, o abastecimento subiu de preço, pesando no bolso do empregado e do empregador.

A flexibilização das leis ambientais no país tem impacto direto na distribuição de água e produção de energia. Colocando os projetos de lei acima em pauta, o Brasil está votando a favor das mudanças climáticas, da morte de nascentes d’água e consequente diminuição da vazão das bacias. Isso ocorre no país com uma das maiores reservas de água doce do mundo. A mesma água para beber e irrigar lavouras é a que falta para funcionar máquinas no setor industrial. Pelo levantamento do CNI, 83% dos empresários consultados temem

pelo racionamento de energia.

Falando em irrigação, o setor agropecuario já tem perdas bilionárias em função do desmatamento. Reportagem do Deutscher Welle Brasil de 16 de julho mostra estudo norte americano sobre o efeito que tem a derrubada expressiva de áreas de floresta sobre a temperatura nas lavouras de soja.

O Brasil é o maior produtor e exportador de soja do mundo (50% da produção mundial do grão em 2021 foi cultivada em solo brasileiro, segundo a Embrapa) mas perde até 5% da produtividade do grão a cada dia em que as temperaturas passam dos 30°C. As temperaturas continuarão a subir à medida que os biomas forem devastados. Com perdas bilionárias, que chegam a 3,55 bilhões de dólares por ano por conta do calor, é comum ver uma mudança no tom de parte do setor ruralista brasileiro, agora em defesa das florestas em pé.

A onda da carta com dezenas de signatários só cresce. Em 19 de agosto, a Coalizão Florestas & Finanças, o Observatório do Clima e outras 46 organizações enviaram texto a 80 instituições financeiras nacionais e internacionais alertando sobre os riscos de investimento no Brasil, diante do cenário de desmonte das políticas ambientais. Os mesmos projetos de lei citados na carta do OJC e outros foram listados, apontando ao investidor o que uma série de especialistas alertam. Este mesmo alerta é ignorado sistematicamente pelos parlamentares com poder de voto.

ESTADÃO SUSTENTABILIDADE

Empresários e executivos do mercado financeiro cobram Lira contra retrocessos ambientais

Carta enviada nesta quarta-feira ao presidente da Câmara pede veto a projetos de lei defendidos por base governista; PL que modifica demarcação de territórios indígenas está entre os alvos de crítica

Emílio Sant'anna, O Estado de S.Paulo
23 de junho de 2021 | 14h:26
Correções: 23/06/2021 | 22h:13

DESTAQUES EM SUSTENTABILIDADE

Fogo destrói metade de terra indígena em Mato Grosso do Sul

Retomada Verde SABA MAIS

Diante da iminente piora da má reputação do Brasil com a votação de projetos de lei que ameaçam o meio ambiente e de perdas com a pior crise hídrica do século, um grupo de mais de cem empresários e personalidades assinou uma carta enviada nesta quarta-feira, 23, ao presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), pedindo que o Legislativo veto três PLS da área ambiental defendidos pela gestão Jair Bolsonaro.

O GLOBO ECONOMIA

Empresários citam crise hídrica e cobram retrocessos ambientais em carta enviada a Lira

Reivindicações foram entregues ao presidente da Câmara no dia que Salles pede demissão do Ministério do Meio Ambiente

Fernanda Trivetta
23/06/2021 - 17:22 / Atualizado em 23/06/2021 - 18:39



Lago de represa da hidroeletrilha de Marumbão praticamente seco, na região entre as cidades de Iporã e Quatã, interior de São Paulo. Foto: Joel Silveira/Estreia / Agência O Globo

Confira a carta na íntegra:

RETROCESSOS AMBIENTAIS: UM PÉSSIMO NEGÓCIO PARA O BRASIL E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dirigimo-nos, aqui, aos nossos colegas empresários e profissionais liberais de todo porte, sobre um sério agravamento da situação econômica, que está prestes a ser provocado prioritariamente pela classe política brasileira, particularmente protagonizada aqui pelos poderes Legislativo e Executivo.

Estamos vivendo a maior crise hídrica do século. O racionamento de água já é uma realidade em várias regiões. A falta de chuvas está afetando profundamente os níveis dos reservatórios, fazendo com que a tarifa de energia elétrica aumente consideravelmente. Esse aumento será repassado ao seu custo de produção. Seus produtos ficarão mais caros, o que afetará suas margens e seu faturamento.

Além disso, com reservatórios secos, o racionamento de energia e possíveis apagões não podem ser descartados.

Como as florestas são verdadeiras fábricas de água, sua destruição está diretamente ligada à diminuição do regime das chuvas. Nossos parlamentares, na sua maioria negando fatos cientificamente comprovados, estão prestes a aprovar projetos de lei que alteram profundamente a legislação ambiental, já sacramentada por vários governos e décadas de discussões, os quais agravarão sensivelmente esta já calamitosa situação.

Os Projetos de Lei 984/2019, 490/2007 e 2633/2020, entre outros, têm em seu bojo amplas características de retrocesso nesse sentido. Além de provocar enorme insegurança jurídica, pois vão contra decisões transitadas em julgado e a Constituição Federal em seu artigo 225, podem trazer prejuízos irreversíveis às empresas brasileiras e sua imagem perante o mundo.

O PL 984/2019, por exemplo, é um dos maiores retrocessos dos últimos tempos. Ele interfere no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criando a categoria “estrada-parque”. No mundo desenvolvido, “estradas-parque” são instrumentos que favorecem a conservação, para proteger paisagens lineares e biodiversidade. O PL 984, porém, distorce o conceito, pois permite o desmatamento para abertura de estradas em áreas protegidas por lei, como parques nacionais. Estamos falando de sujeitar mais de 2500 unidades de conservação à abertura de estradas, com nossa combatida fiscalização. Isso permitirá a destruição de áreas ambientalmente frágeis, como as florestas do Parque Nacional do Iguaçu, último grande remanescente de Mata Atlântica Estacional do Sul do Brasil.

O PL 2633/2020, conhecido como o “PL da Grilagem”, é outro gravíssimo risco aos negócios brasileiros, pois anistiará usurpadores e desmatadores de milhares de hectares de terras públicas. Aqui o prejuízo para o empresariado brasileiro já está anunciado por nossos clientes mundo afora. Mais de 300 mil europeus assinaram um pedido de boicote aos produtos brasileiros caso o PL não seja retirado de pauta.

O PL 490/2017 produzirá profundas consequências para os brasileiros originais, nossos irmãos indígenas. Ele inviabiliza a demarcação de territórios indígenas e coloca em risco a integridade de territórios já demarcados. Ele abrirá caminho para a descaracterização cultural e ambiental dessas regiões, pois abre possibilidades de mineração em suas terras, algo que certamente trará terríveis consequências de toda ordem a povos isolados e totalmente desassistidos pelo Estado.

A pandemia nos trouxe duros aprendizados, não podemos insistir no erro. O avanço das fronteiras humanas sobre áreas verdes exporá a nossa espécie a novas doenças. A invasão e destruição de áreas verdes até então protegidas colocarão milhares de pessoas em contato com uma infinidade de vírus e outros agentes patogênicos que hoje estão em áreas restritas. A possibilidade do surgimento de uma nova epidemia, ou mesmo de uma nova pandemia, é muito real. E, se isso acontecer, o Brasil vai voltar a parar. Já sentimos na nossa pele, nas nossas perdas pessoais, e também nos nossos negócios. Será que não aprendemos nada com esta macabra pandemia e mais de meio milhão de brasileiros mortos?

Estamos em 2021, o mercado financeiro e o mundo moderno desejam o desenvolvimento sustentável, seja através de negócios de impacto, investindo em ESG ou respeitando políticas de compliance. Sabemos que todo país carrega consigo uma imagem, que também funciona como uma espécie de marca. As imagens de nossas florestas queimando ou tombando, que circulam pelo planeta, representam um estrago significativo à nossa reputação externa. E isso piora sensivelmente nossas oportunidades no campo do comércio e das relações internacionais.

Nossa atratividade e retenção de mão de obra também serão prejudicados. Afinal, um executivo e sua família preferirão viver em um lugar com qualidade de vida ou num país cuja marca está relacionada a queimar e “grilar” a Amazônia, além de destruir nossos parques? E o que dizer da insegurança jurídica provocada por legislações absolutamente casuísticas, que mudam a qualquer momento?

Não bastassem os aumentos de custos diretos e indiretos provocados por esses retrocessos legislativos e ambientais, essas iniciativas vão contra as boas práticas do empreendedorismo contemporâneo mundial. Isso nos sujeita, inclusive, a possíveis sanções econômicas de grandes parceiros comerciais, como os Estados Unidos e a Europa.

Não podemos deixar que projetos de lei irresponsáveis, que mascaram interesses de lobbies regionais, tragam prejuízos para nossas empresas e aos 210 milhões de Brasileiros. Portanto, pedimos aos nossos colegas empresários e profissionais liberais, que exerçam seu direito cívico de manifestação contrária a esses anacronismos que, além de irracionais, são em grande parte imorais e inconstitucionais.

Assinam esta manifestação o seguinte grupo de empresários e intelectuais, preocupados com os caminhos que o Congresso pode tomar:



Adalberto Sanches dos Santos
 Alex da Riva
 Alexandre Bossi
 Alexandre Gama
 Alexandre Ribeiro da Motta
 Alice Ferraz
 Ana Carmen Rivaben Longobardi
 Ana Clara Rena de Souza
 André Felipe Zanonato
 Antonio Augusto Orcesi da Costa Filho
 Betiza Soares dos Santos
 Bobby Bettenson
 Bruno Wendling
 Candido Bracher
 Carlos Augusto Gugelmin
 Carlos Werneck
 Carmel Croukamp
 Carolina Candida de Lima Barros
 Cássio Caleb Lima
 Célia Pompeia
 Celso Lafer
 Christianna Teixeira
 Christiane Torloni
 Clara Luz Braga Sant'Anna
 Cláudia Campos Baumgratz
 Cláudio Campello Falcão
 Cláudio Carvalho
 Christophe Allain
 Daniela Montingelli Villela
 Danielle Cunha Fortes
 Danielle Ribeiro Giannini
 Edgar Gleich
 Edgard Safdie
 Edrei Augusto Ascencio
 Eduardo Marson Ferreira
 Eduardo Piva
 Elenice Pereira
 Elisabete Arbaitman
 Emiliane Gerbasi Ricci
 Evelyn Gavioli
 Ezra Negrin
 Fábila Raquel Ferreira
 Fabiana Caricati Boaretto
 Fábio Alperovitch
 Felipe Anselmo Olinto
 Felipe Santos Pereira
 Fernando Meirelles
 Fernando Perrone
 Fernando Pires Martins Cardoso
 Firmin Antônio
 Flávia Velloso
 Franciele Gomes de Souza
 Francisca Nacht
 Francisco Carlos Mazon Francisco Lafer Patti
 Giem Guimarães
 Giuliano Giusti
 Guilherme Alvarez de Toledo Padilha
 Guilherme Leal
 Heloisa Pedra Aparecida do Prado
 Heloísa Garrett
 Henrique Nadolny Hertel
 Horácio Piva
 Ieda Godoy
 Irlau Machado Filho
 Isacco Douek
 Israel Vainboim
 Jaime Antônio de Oliveira Prado
 Jair Ribeiro da Silva Neto
 Jane Maria Fatima de Assis
 Jarbas Marques
 Jorge Frederico Magnus Landmann
 José Olympio da Veiga Pereira
 June Locke Arruda
 Kathelyn Nunes da Silva Santos
 Latif Abrão Junior
 Lisa Maria Alvim Pena Canavarros
 Luis Stuhlberger
 Luiz Alberto Del Vigna Ferreira
 Luiz Antunes Maciel Mussnich
 Luiz Furlan
 Marcello Brito
 Marcelo Machado
 Marcelo Kayath
 Marcos Peretti Maranhão
 Marcus Paiva
 Maria Camila Giannella
 Maria Gabriela Peretti Gurtensten
 Maria Teresa Etrusco Vieira
 Mariana Moraes de Barros
 Marina Marchezini Lopes
 Marília Razuk
 Mário Anseloni
 Mário Haberfeld
 Marcos Chaves Ladeira
 Marcos Peretti Maranhão
 Martin Frankenberg
 Mateus Couto Passos
 Maurício Ramos
 Max Lean
 Melissa Fernandes Oliveira
 Miguel Serediuk Milano
 Mikael de Andarahy Faria Castro
 Mônica Guimarães
 Mônica Lima da Rocha
 Morris Safdie
 Nancy Ashimine
 Nelson Sirotski
 Neide Helena de Moraes
 Nilo Biazetto Neto
 Nilton Saraiva
 Oswaldo Pereira de Barros
 Patricia Kisner Leone
 Patricia Verderesi Schindler
 Paulo Dalla Nora Macedo
 Paulo Proushan
 Paulo S. C. Galvão Filho
 Pedro Camargo
 Pedro Treacher
 Pollyana Pugas Dias
 Priscila Nagem Cardoso Marques
 Raquel Machado
 Ricardo Assumpção
 Roberto Pedote
 Roberto Gianneti
 Roberto Haberfeld
 Roberto Klabin
 Roberto Teixeira da Costa
 Rodolfo Viana
 Rodrigo Leonardo Pereira de Almeida
 Rodrigo Meister de Almeida
 Roger de Barbosa Ingold
 Sérgio Haberfeld
 Sílvia Costa da Costa
 Simone Scorsato
 Sônia Grosso
 Sumeet Singh Dhillon
 Tatiana Costa
 Teriana Gandelim Selbach
 Thais Mota Rodrigues
 Thaynara Siqueira Baumgartner
 Tulio Viaro
 Vinicius de Souza Viegas
 Vinícius Martins
 Virgínia Klenner Peluffo
 Vitor Domingos Robbi
 Walter Schalka
 Wania Gaspar Martins do Prado
 Wellington Fonseca de Melo
 Wolney Betiol
 Yacoff Sarkovas

[GALERIA]

ARTE E NATUREZA COM BIRGITTE TÜMMLER

Artista visual recria paisagens e animais a partir de caneta esferográfica. “A minha ideia é trazer aquelas luzes e cores diferentes que eu enxergo e essa visão do animal e da natureza que é tão encantadora”.



“

Eu me considero um instrumento de algo maior, que nos conecta com nosso ser puro e nos leva a refletir sobre as questões da vida e do mundo.

”

BIC

A artista visual Birgitte Tümmeler define-se como uma dinamarquesa apaixonada pelo Brasil. Radicada no país desde a infância, a ilustradora especializou-se em pintar animais da fauna brasileira, utilizando uma técnica pessoal e um instrumento muito comum na casa de todos os brasileiros. “Sempre temos uma caneta BIC na mão e essa facilidade despertou minha paixão. Por incrível que pareça, a caneta possibilita muitos efeitos, desde traços mais suaves até uma cobertura mais forte”.

O contato com as formas e as cores da natureza começou nos anos de 1980, no Paraná, quando Birgitte Tümmeler atuou como espeleóloga e na arqueologia.

“Devo às cavernas a questão de mergulhar para dentro da natureza. A partir daí tudo se abriu para mim. Nos tornamos humildes a partir do momento em que sentimos a força e os valores que a natureza tem, e percebemos que não somos nada sem ela. E tudo teve ainda mais sentido para mim quando passei a trabalhar com arte e natureza, associadas à conservação do meio ambiente”.

De lá para cá, foram inúmeras exposições coletivas e individuais, algumas com fundo social e preservacionista, no âmbito nacional e internacional. Ela explica que suas pinturas são um trabalho naturalista e não ilustrações científicas, apesar de representarem a realidade com perfeição, principalmente no caso das aves. A construção das imagens é feita por meio da observação das aves soltas com ajuda de registros de fotografos da natureza.

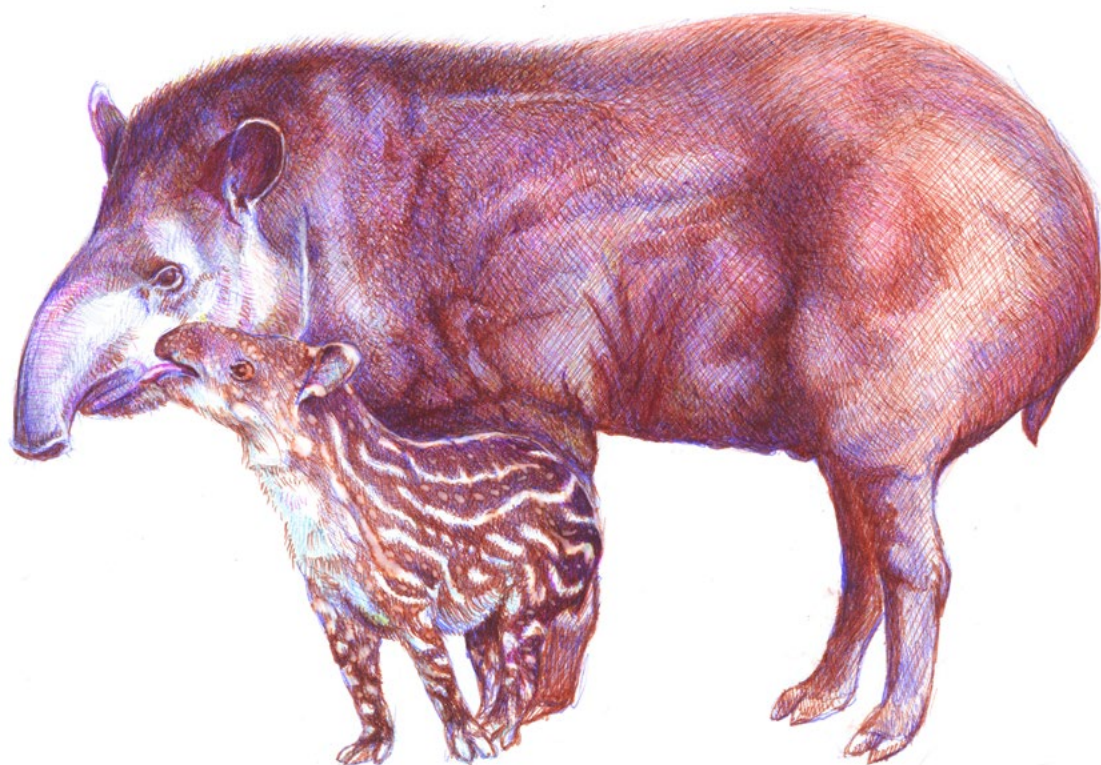
“Os passarinhos foram aparecendo pouco a pouco, por meio de projetos, e quando me vi estava fazendo uma centena de pássaros. Eu me considero um instrumento de algo maior, que nos conecta com nosso ser puro e nos leva a refletir sobre as questões da vida e do mundo.”

Executivos da fabricante de canetas ficaram encantados com o resultado e o talento da artista. “A BIC trabalha constantemente para unir tradição e inovação, oferecendo sempre produtos de qualidade. Nosso portfólio acompanha as principais tendências para trazer lançamentos que ampliem os horizontes e proporcionem versatilidade e acessibilidade para nossos consumidores e também para artistas criarem suas obras e ilustrações das mais diversas. Para nós, é um motivo de orgulho ver a icônica caneta BIC Cristal nas mãos tão talentosas de artistas como a Birgitte Tümmeler, transformando ideias em obras de arte”, confirma Rodrigo Iasi, diretor de marketing da BIC.





GALERIA



Mamãe anta e seu filhote

“Esse trabalho da Mamãe anta e seu filhote fiz em 2019 para o Instituto Manacá e a RPPN Trápaga que além de cuidar da preservação desses grandes mamíferos ameaçados, também promove o conhecimento por meio de visitas guiadas na reserva para turismo de observação”.



As Três Gracinhas - Santuário de Elefantes

Birgitte pintou perfeitamente o trio Maia, Rana e Mara na obra "As Três Gracinhas", para o Santuário de Elefantes (técnica acrílica com caneta).



Onça

Obra Mamãe Onça-pintada com seus filhotes. “Você já percebeu? Muitos animais silvestres tem um brilho, uns tons esverdeados em sua pelagem. O pêlo não tem apenas a cor preta, ou azul, ou um dourado, laranja, marrom. Se você deixar sua vista ser treinada, vai conseguir distinguir uma infinidade de cores. Elas variam, estão lá, como um espectro. Nesse trabalho em acrílica e esferográfica, feito sob encomenda, procuro trazer esses tons todos”.



Mico-leão-da-cara-preta (pintura em acrílica)

A Grande Reserva Mata Atlântica é morada de uma espécie muito especial: o mico-leão-da-cara-preta, também conhecido como mico-caiçara. Essa pintura foi feita em tinta acrílica para um dos projetos do grupo ABUN (Artists & Biologists Unite for Nature) e adquirida por professores de uma Universidade do Canadá, durante uma exposição.

Série pássaros



Bicudinho do Brejo



Corruira



Corrupião



Gralha Azul



Guará



Jacutinga



Duas artes juntas

Atualmente Birgitte trabalha com encomendas e vendas de obras prontas. Em 2021 foi convidada para um trabalho inusitado: ilustrar o rótulo de uma cerveja que tem a fábrica aos pés da Mata Atlântica, no município de Morretes. A Saíra-preciosa, ave endêmica e uma das mais coloridas das florestas brasileiras, foi escolhida como símbolo da bebida.

“A nossa ligação com a Birgitte é mesmo a natureza. Os nossos rótulos trazem imagens da Mata Atlântica e a artista tem justamente isso como grande tema de interesse. A fabricação de cerveja também é um trabalho artístico em sua forma de combinar sabores e nós sempre quisemos essa oportunidade de divulgar e unir as duas artes. Era um sonho nosso ter o trabalho dela ilustrando nossa cerveja”, conta Mirian Lovera, sócia proprietária da Cervejaria Porto de Cima.





Filmes



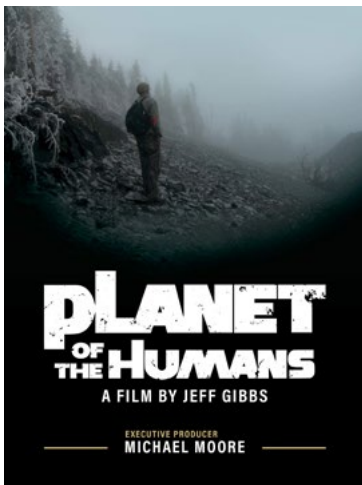
"Ser Tão Velho Cerrado" (2018) de André D'Elia

Um dos biomas mais devastados do Brasil é o cerrado. Neste documentário - do diretor e roteirista André D'Elia - você vai se sensibilizar com a situação da savana brasileira.

Nele, dois atores - Juliano Cazarré e Valéria Pontes - fazem constantes intervenções com informações que ampliam a perspectiva. Seus melhores momentos são aqueles em que oferecem dados e argumentos que desautorizam as falas

dos grandes proprietários e sua lógica movida apenas pelo lucro.

Assista - na Netflix - para entender melhor a situação deste bioma em avançado processo de extinção.



Planeta dos Humanos (Planet Of The Humans)

Michael Moore é um dos documentaristas mais famosos do mundo. Exceção a regra em que blockbuster são sempre obras ficcionais, Moore teve boas bilheterias em filmes que analisam e criticam comportamentos políticos e sociais - principalmente - dos norte-americanos.

Moore produz o Planeta dos humanos, filme dirigido por Jeff Gibbs, onde os dois examinam as mudanças climáticas, a poluição e o movimento da energia verde pelo mundo.

Você pode assistir Planeta dos Humanos gratuitamente no YouTube.

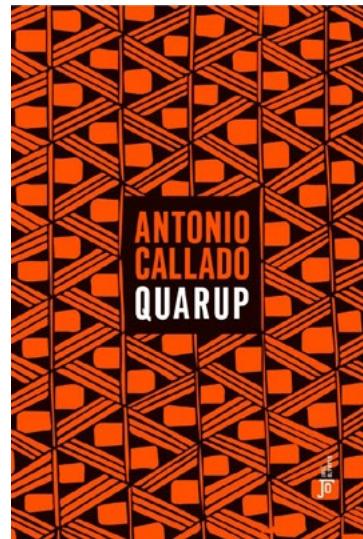


A febre

Chegou a Netflix o filme brasileiro A Febre, obra que discute muito sobre o deslocamento do povo indígena na sociedade. "A Febre" traz a história de Justino, um indígena Desana de 45 anos, é vigilante do porto de cargas de Manaus. Enquanto sua filha se prepara para estudar medicina em Brasília, ele é tomado por uma febre misteriosa que o leva de volta a sua aldeia, de onde partiu vinte anos atrás.

Em tempos de PLs que buscam enfraquecer leis sobre terras indígenas, é importante assistir obras que analisam e contam histórias sobre a experiência de vida de nossos povos originários.

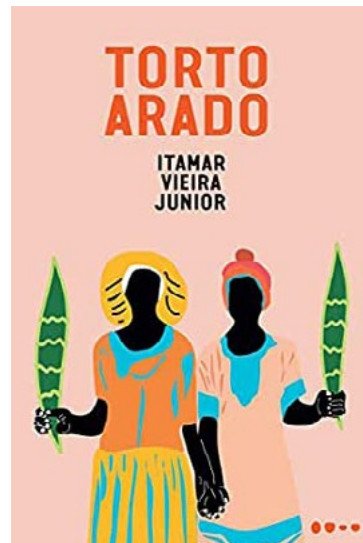
Livros



Quarup

Uma das obras mais importantes de Antonio Callado, publicado pela primeira vez em 1967, Quarup conta a história de Nando, um padre jovem e ingênuo que sonha reconstruir no Xingu uma civilização comunista semelhante à que existiu nas Missões jesuíticas do sul do Brasil. Para se dedicar ao projeto, Nando viaja ao Rio de Janeiro a fim de pedir a autorização necessária junto ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão que deu origem à atual FUNAI.

O romance mostra, sob a ótica de seu protagonista, o período entre o suicídio de Vargas e o Golpe Militar de 1964. Após passar por várias experiências traumáticas, Nando adere à luta armada contra o regime militar.



Torto arado

Itamar Vieira Junior é um dos maiores nomes da literatura contemporânea brasileira, Seus três livros de contos (Dias, A Oração do Carrasco e o mais recente: Doramar ou a odisseia) acumularam diversos prêmios. Mas foi com Torto Arado - seu primeiro romance - que Itamar atingiu a fama.

Torto Arado se passa nas profundezas do sertão baiano, onde as irmãs Bibiana e Belonísia encontram uma velha e misteriosa faca na mala guardada sob a cama da avó. Ocorre então um acidente. E para sempre suas vidas estarão ligadas a ponto de uma precisar ser a voz da outra. Numa trama conduzida com maestria e com uma prosa melodiosa, o romance conta uma história de vida e morte, de combate e redenção.

Passado na Chapada Diamantina (e com grande preciosismo poético nas descrições da região) Torto Arado venceu os prêmios: Prêmio Leya, Jabuti e Oceanos, três dos maiores prêmios de literatura para a língua portuguesa.



"Biologia da Conservação: Programa Nacional para a Conservação para o Papagaio-de-Peito--Roxo e outras iniciativas"

A obra é resultado do esforço coletivo de 35 autores que atuam em instituições de ensino superior, órgãos governamentais e entidades não-governamental ligadas à conservação da natureza em diversas regiões do Brasil.

O livro traz a participação de pesquisadores da Argentina, onde o papagaio-de-peito-roxo também ocorre, demonstrando a importância do esforço além fronteiras na conservação da biodiversidade.

A organização do conteúdo foi feita pelos pesquisadores Nêmore Prestes e Jaime Martinez que atuam há três décadas com o Projeto Charão, desenvolvendo pesquisas, educação ambiental e conservação da biodiversidade com foco na Floresta com Araucárias.

Download gratuito:

www.lew.com.br/livros/livro-biologia-conservacao.html



Podcasts

Copiô parente

Copiô Especial – Amazônia Centro Do Mundo

Você também acredita que os povos indígenas precisam ter vez e voz? É isso que propõe a série de podcasts Copiô, Parente, produzido pelo Instituto Socioambiental (ISA), que traz os destaques semanais sobre os povos indígenas e da floresta. Nesse episódio, o podcast apresenta o encontro Amazônia Centro do Mundo, um evento que promove discussões sobre o futuro da floresta e o que cada um de nós pode fazer para contribuir para sua conservação.

https://open.spotify.com/episode/2tUpHWjFDcle1jJBXSVf7?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br

Reconecta

Já parou pra pensar qual a conexão existente entre o ser humano e a natureza? Esse é o objetivo do RECONNECTA, provocar reflexões sobre nossa relação com o meio ambiente. No último episódio da primeira temporada a ambientalista, Yolanda Kakabadse, ex-ministra do Meio Ambiente do Equador, ex-presidente do WWF e da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), discute sobre o que falta para a sociedade entender melhor seu papel no ambiente e como usufruir melhor dos recursos naturais. Ela traz contribuições sobre diferentes formas de desenvolver a consciência ambiental e agir de forma responsável e cidadã.

<https://open.spotify.com/show/4OkYkWvuSHcABYfLE340C8>

Vozes do Planeta

Episódio 185 - Crise climática: Eventos extremos em cascata pelo Planeta.

As mudanças climáticas tem afetado a todos nós e os efeitos dela estão cada dia mais evidentes. Você sabia que, nos últimos trinta anos, o Ártico aqueceu três vezes mais do que a média global? E quais as consequências disso? Este é o tema do podcast com Mercedes Bustamante, bióloga membro da Academia Brasileira de Ciências e do CCAG (ClimateCrisisAdvisory). O Vozes do Planeta é um podcast que traz pautas ambientais sobre sustentabilidade, conservação ambiental e questões climáticas. Mensalmente traz fotografos, jornalistas, ativistas e vozes criativas que atuam em prol do meio ambiente.

<https://open.spotify.com/episode/1jMAY22QOfLuZF1fY5kKt4>

Vídeos

Para entender o marco temporal.

Vídeo-ensaio do Canal Meteoro lançado no dia 10/09/2021, discute sobre as polêmicas envolvendo o projeto do Marco temporal, que diz que a população indígena só pode reivindicar as terras nas quais já estava estabelecida na data de promulgação da Constituição, em 1988.

Aqui você verá uma análise em alto nível de detalhismo sobre todos os absurdos que rodam tal projeto.

<https://www.youtube.com/watch?v=RamN8J-Yg1s>

Um Raio X da bancada ruralista

O canal de Olho nos Ruralistas começa a contar essa história de defesa incondicional do poder econômico, em uma série de dezenas de vídeos. O vídeo que indicamos é este, que analise em profundidade a bancada ruralista.

Eles representam os donos do boi, da soja, da cana, do arroz, da madeira. E da indústria e dos bancos. Eles são a bancada do agrogonócio, que praticamente sempre vota contra as leis ambientais deste país.

Assista ao vídeo, e entenda em profundidade esse grupo perigoso do jogo político nacional.

<https://www.youtube.com/watch?v=E11-dnLylHA&list=PLCn--cSXQHJIZ9r-3UeeBf-bl2dckOIyR>

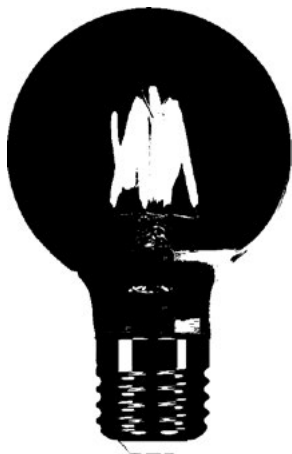
Guardiões da Vida

O ator Joaquin Phoenix lançou, pouco tempo depois de ter vencido o Oscar de melhor ator, o curta-metragem Guardiões da Vida. Aqui vemos uma operação de alto risco sendo praticada em hospital, mas logo descobrimos que não se trata de um paciente convencional.

O filme funciona como um manifesto poético para o grupo Extinction Rebellion, que se define como um movimento descentralizado, internacional e não partidário que usa de ações não violentas para persuadir governos a se ajustarem as necessidades do atual momento de crise climática que nos encontramos.

Assista ao vídeo, e conheça as ações desse movimento.

<https://www.youtube.com/watch?v=qpjw9cNxwew&t=123s>



Ajude-nos a fiscalizar
e proteger o *meio ambiente*.
Juntos somos mais fortes.

Crédito: Zig Koch

O Observatório de Justiça Conservação é uma entidade colaborativa que trabalha pela legalidade e contra a corrupção na área ambiental. Há mais de quatro anos lutamos pela transparência, fiscalizando ações que comprometam o patrimônio público natural. Com o seu apoio, produzimos conteúdos informativos, educacionais e sob medida. Tudo isso feito gratuitamente para a sociedade e em prol da natureza. Precisamos da sua ajuda!

**JUNTE-SE A NÓS.
ASSOCIE-SE.**



Acesse
www.benfeitoria.com/OJC
para saber mais.



@justicaeco



@justicaeco



@ojc_pr



@justicaeco

OJCI
ASSOCIADOS
PROGRAMA DE PARCEIROS E APOIADORES DO OBSERVATÓRIO